



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE JI-PARANÁ**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**JI-PARANÁ
MARÇO/2013**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE JI-PARANÁ**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119/2012, Decisão Normativa TCU nº 121/2012, e da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

**JI-PARANÁ
MARÇO/2013**

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AFO - Município de Alta Floresta D'oeste no Estado de Rondônia
AHE - Aproveitamento Hidroelétrico
APIZ - Associação do Povo Indígena Zoró
BSB - Brasília
CAD ÚNICO - Cadastro Único do Governo Federal – Bolsa Família
CENTRER - Centro de Treinamento da EMATER/RO
CGETNO - Coordenação Geral de Promoção do Etnodesenvolvimento
CGGP - Coordenação Geral de Gestão de Pessoal
CGID - Coordenação-Geral de Identificação e Delimitação
CGIIRC - Coordenação-Geral de Índios Isolados e Recente Contato
CGMT - Coordenação Geral de Monitoramento
CGOF - Coordenação Geral de Orçamento e Finanças
CGPC - Coordenação-Geral de Promoção a Cidadania
CGPDS - Coordenação geral de promoção dos Direitos Sociais
CGU - Controladoria-Geral da União
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais
CNPI - Comissão Nacional de Política Indigenista
COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CR - Coordenação Regional
CTL - Coordenação Técnica Local
DAGES - Diretoria de Administração e Gestão
DEA - Despesas de Exercícios Anteriores
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
DPF - Departamento de Polícia Federal
DPDS - Diretoria de promoção ao Desenvolvimento Sustentável
EJA - Educação para Jovens e Adultos
EMATER-RO - Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia
ENEM - Exame Nacional de Ensino Médio
FPEA - Frente de Proteção Etnoambiental
FPEMJ - Frente de Proteção Etnoambiental Madeirinha- Juruena
FEROM - Federação das Mulheres do Estado de Rondônia
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
HAYO - Projeto de Formação de Professores Indígenas
IBAMA- Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFRO - Instituto Federal de Rondônia
IDARON - Agência de Defesa Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia
IN - Instrução Normativa
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
JPR - Município de Ji-Paraná
LOA - Lei Orçamentária Anual
MJ - Ministério da Justiça
MPF - Ministério Público Federal
MT - Estado do Mato Grosso
NEIRO - Núcleo de Educação Indígena de Rondônia
NUPES - Núcleo de Gestão de Pessoal

NUTINF - Núcleo de Gestão em Tecnologia da Informação
OCI - Órgão de Controle Interno
OCIK - Organização Indígena Kaxarari
OPIRON - Organização dos Professores Indígenas de Rondônia
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PAT - Plano Anual de Trabalho
PARNA - Parque Nacional
Port. - Portaria
PRES - Presidência da FUNAI
PRM - Procuradoria da República no Município de Ji-Paraná
PROESI - Programa de Educação Superior Indígena Intercultural
PGF - Procuradoria Geral Federal
PMA/RO - Polícia Militar Ambiental de Rondônia
PNUD - Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento
Port. - Portaria
PPA - Plano Plurianual do Governo Federal
PPTI - Programa de Proteção das Terras Indígenas
PVH - Porto Velho
RANI - Registro Administrativo de Nascimento de Indígena
REN - Representação de Ensino
REDD - Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação
RG - Relatório de Gestão
RO - Estado de Rondônia
RGPS - Regime Geral de Previdência Social
SEAD - Setor Administrativo da UJ
SEAS - Serviço de Assistência Social Indígena da UJ
SEAS/RO - Secretaria de Estado de Assistência Social do Estado de Rondônia
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa
SEDUC - Secretaria de Estado da Educação
SEFE - Serviço de Proteção Etnoambiental
SEGAT - Serviço de Gestão Ambiental e Territorial
SEMAT - Serviço de Monitoramento Ambiental e Territorial
SEMAGRI - Secretaria Municipal de Agricultura de Rondolândia/MT
SEPE - Sindicato Estadual dos profissionais da Educação
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SICONV - O Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIORG - Sistema de Informações organizacionais do Governo Federal
SINFRA - Secretaria de Infra Estrutura de Mato Grosso
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
SISU - Sistema de Seleção Unificado
TEE - Território Etnoeducacional
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
TCU - Tribunal de Contas da União
TI - Terra Indígena
UG - Unidade Gestora
UJ - Unidade Jurisdicionada
UNIJIPA - Universidade de Ji-Paraná
UNIR - Universidade Federal de Rondônia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS	7
2.1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	7
Quadro 2.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	7
2.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS	8
2.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL	9
2.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	13
2.5 MACROPROCESSOS DE APOIO	15
2.6 PRINCIPAIS PARCEIROS	15
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	16
3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	16
Quadro 3.2.1 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	16
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	18
4.1.1 - Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	18
Quadro 4.1.1.1 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	18
4.1.1.2 Análise Crítica.....	18
4.1.2 - Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	21
Quadro 4.1.2.1 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	21
4.1.2.2 Análise Crítica.....	21
4.1.3 - Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	27
Quadro 4.1.3.1 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	27
4.1.3.2 Análise Crítica.....	27
4.1.4 - Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	31
Quadro 4.1.4.1 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	31
4.1.4.2 Análise Crítica.....	32
4.1.5 - Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	37
Quadro 4.1.5.1 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	37
4.1.5.2 Análise Crítica.....	37
4.1.6 - Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	39
Quadro 4.1.6.1 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	39
4.1.6.2 Análise Crítica.....	40
4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA	43
4.2.1 Movimentação de Créditos Interna e Externa	43
4.2.2 Execução Orçamentária da Despesa	43
4.2.2.1 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ – Por movimentação	43
4.2.2.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Por Movimentação	43
Quadro 4.2.2.1.1.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos por Movimentação.....	43
4.2.2.1.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos por Movimentação	45
Quadro 4.2.2.2.1.1 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos por Movimentação	45
4.2.2.2.2 Análise crítica.....	46
4.2.2.2.1 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos por Movimentação	47
Quadro 4.2.2.2.1.1 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos por Movimentação	47
5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	48
5.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	48
5.1.1 Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	48
Quadro 5.1.1.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	48

5.1.2 Análise Crítica.....	48
6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	48
6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	48
6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	48
Quadro 6.1.1.1 - Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12	48
6.1.1.2 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada.....	49
Quadro 6.1.1.2.1 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/122012	49
6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho	49
Quadro 6.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	49
6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade.....	49
Quadro 6.1.2.1.1 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12	49
6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	50
Quadro 6.1.2.2.1 - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12.....	50
6.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	51
Quadro 6.2.1.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	51
6.2.2 Composição do Quadro de Estagiários	52
Quadro 6.2.2.1 - Composição do Quadro de Estagiários	52
7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	52
7.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS.....	52
Quadro 01 – Inventário da Frota de Veículos da Coordenação Regional de Ji-Paraná e Unidades Jurisdicionadas	52
Quadro 02 - Relação de Veículos em uso na Coordenação Regional e Unidades Jurisdicionadas	53
Quadro 03 - Custos Associados à Manutenção da Frota.....	55
Quadro 04 - Idade Média da Frota (Todos os veículos).....	55
7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	56
7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	57
Quadro 7.2.1.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	57
7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	57
Quadro 7.2.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	57
7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ	57
Quadro 7.2.3.1 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	57
7.3 ANÁLISE CRÍTICA.....	58
8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	59
8.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	59
Quadro 8.1.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	59
9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	60
9.1 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	60
9.1.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	60
Quadro 9.1.1.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	60
9.1.2 Análise Crítica.....	60
10. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	61
10.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	61
10.1.1 Declaração com Ressalva.....	61

Quadro 10.1.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.	61
11. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	61
12. RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	62
12.1 ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS TRAÇADOS PARA O EXERCÍCIO 2012	62
12.2 PRINCIPAIS AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2013 PARA MITIGAR AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	62

1. INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão está estruturado conforme “C” do Quadro A1 da Parte “B” do Anexo II da DN/TCU nº 119/2012 e Art. 2º da DN/TCU nº 121/2012.

O Código da LOA solicitado no Quadro 1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual do Subitem 1.1. Identificação de Relatório de Gestão Individual do Item 1. Identificação e Atributos: não se aplica a UJ visto que somente a Sede é possuidora do Código da Lei Orçamentária Anual.

Os Subitens 2.2 - Estratégias de atuação Frente aos Objetivos Estratégicos e Subitem 2.4 – Indicadores do Item 2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações: não se aplicam a UJ uma vez que o Planejamento Estratégico ficou restrito a Sede da Instituição.

O Quadro A.4.1 - Programa de Governo constante do PPA - Temático do Subitem 4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ; o Quadro A.4.3 - Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ do Subitem 4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ; o Quadro A.4.4 - Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ do Subitem 4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ; o Quadro A.4.5 - Programa de Governo constante do ppa - de Gestão e Manutenção do Subitem 4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ; e o Quadro A.4.6 - ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ do Subitem 4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ, do Subitem 4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ do Item 4 da parte A - Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira, com respectiva análise crítica não se aplicam a UJ porque o único Programa da Fundação é gerido pela DAGES/FUNAI/Sede.

O tópico 5.3 Transferências de Recursos do Item 5 da Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012. Não se aplicam e não há conteúdo para esse quadro porque na Fundação essa prerrogativa é competência exclusiva da CGOF/SEDE UG 194088.

O tópico 5.4 Suprimento de Fundos do Item 5 da Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012, com todos os seus quadros apesar de estar facultado a UJ, não foram aplicados na CR/JPR não havendo conteúdo para seus quadros.

O tópico 5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ do Item 5 da Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012, com todos os seus quadros não se aplicam à natureza jurídica da UJ.

O Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores do Subitem 6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada; o Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro do Subitem 6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas; o Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12 do Subitem 6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada do Subitem 6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas; o Quadro A.6.9 - Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007), o Quadro A.6.10 - Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) e o Quadro A.6.11 - Regularidade do cadastro dos atos no Sisac do Subitem 6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC do Subitem 6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação; o Quadro A.6.12 - Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007) do Subitem 6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico do Subitem 6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação; o Quadro A.6.13 - Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro do Subitem 6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos do Subitem 6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação; e o tópico 6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos do Subitem 6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos do Item 6. Gestão

de Pessoas, Terceirização de Mão-de-Obra e Custos Relacionados da Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012. Não se aplicam na CR, serão preenchidos pela sede, haja vista que somente a CGGP/Sede faz gestão desses controles.

O Item 8. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento da Parte A, do Anexo II da DN TCU N° 119, DE 18/1/2012. Apesar de aplicar a UJ, essa política na Fundação está a cargo da DAGES, e abrange apenas a sede, não havendo avanço para acontecer na Unidade Jurisdicionada de Ji-Paraná.

O Quadro A.9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água, do Subitem 9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água, do Item 9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, da Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012 não foi implantado pela UJ.

O Quadro A.10.6 Modelo de declaração de inserção e Aualização de dados no SIASG e SCONV, do Subitem 10.4.1 – Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV, do Item 10.4. Modelo de Declaração de Atualização de dados no SIASG e SICONV, da Parte A, item 10, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012. Não se aplica e não há conteúdo para esse quadro porque na Fundação essa prerrogativa é competência exclusiva da CGOF/Sede.

O Subitem 11.6 Parecer da Auditoria Independente, do Item 11 da Parte A, do Anexo II da DN-TCU N° 119, de 18/01/2012, não se aplica a natureza jurídica da UJ.

O Tópico 15. Demonstrativo analítico das despesas com ações de publicidade e propaganda, do Item 3 da Parte B do Anexo II da DN 119, de 18/01/2012, não se aplica a natureza jurídica da UJ.

O Tópico 28. Informações sobre as contratações de consultores na modalidade “Produto” da Parte B, Item 16, do Anexo II da DN-TCU N° 119, de 18/01/2012 não se aplica a natureza jurídica da UJ. Essa competência está restrita a Sede da Instituição.

O Tópico 43. Avaliação sobre o andamento dos projetos e programas financiados com recursos externos do Item 31 da Parte B do Anexo II da DN 119, de 18/01/2012 não se aplica a natureza jurídica da UJ.

O Tópico 50 Informações sobre os Contratos de Gestão Celebrados pela Unidade Jurisdicionada com seus Subitens e Quadros do Item 38 da Parte B do Anexo II da DN 119, de 18/01/2012 não foram executados por não fazer parte da natureza jurídica da UJ.

As principais realizações da gestão no exercício foram

Instalação do Comitê Regional em Assembleia Geral Extraordinária, a realização de uma primeira reunião ordinária para tratar de assuntos fundiários dos territórios indígenas e atuação do seu Núcleo Diretivo no processo de planejamento do Plano de Trabalho 2013;

Promoção da proteção e monitoramento ambiental das terras indígenas Igarapé de Lourdes, Karitiana, Karipuna, Rio Branco, Uru Eu Wau Wau e Zoró;

Apoio as Frentes de Proteção Etnoambientais nas ações de proteção e monitoramento de índios isolados e de recente contato;

Acompanhamento das atividades realizadas nas terras indígenas com recursos de ações compensatórias por conta dos impactos ocasionados pela implantação das obras do Plano de Aceleração do Crescimento do Governo Federal;

Promoção e defesa dos direitos sociais dos povos indígenas, com atendimento aos direitos de cidadania, apoio a saúde, assistência social, cadastramento para acesso a benefícios e assistências no acompanhamento a outras instituições públicas;

Atendimento aos índios moradores das terras indígenas jurisdicionadas com fomento, capacitação e apoio com ações de etnodesenvolvimento e fomento as atividades produtivas;

Avanço na realização de estudos históricos antropológicos e fundiários para identificação e delimitação de terra indígena para os povos Migueleno, Poruborá e Cabixi.

2. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

2.1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Quadro 2.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
<i>Poder: Executivo/Função essencial à Justiça</i>			
<i>Órgão de Vinculação: Fundação Nacional do Índio</i>			<i>Código SIORG:00173</i>
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
<i>Denominação Completa: FUNAI – Coordenação Regional de Ji-Paraná/RO.</i>			
<i>Denominação Abreviada: FUNAI – CR de Ji-Paraná/RO</i>			
<i>Código SIORG: 88184</i>		<i>Código LOA:</i>	<i>Código SIAFI: 190004</i>
<i>Situação: ativa</i>			
<i>Natureza Jurídica: Fundação do Poder Executivo</i>			<i>CNPJ: 00.059.311/0020-99</i>
<i>Principal Atividade: Administração Pública em Geral</i>			<i>Código CNAE: 8411-6/00</i>
<i>Telefones/Fax de contato:</i>		<i>(069) 3411-9400</i>	<i>(69) 3424-5870</i> <i>(069) 3411-9404</i>
<i>Endereço Eletrônico: vincenteFUNAI@msn.com</i>			
<i>Página na Internet: http://www.FUNAI.gov.br</i>			
<i>Endereço Postal: Rua Manoel Franco, nº 1780, Nova Brasília, CEP78963-005, Ji-Paraná - Rondônia.</i>			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
<i>Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada</i>			
<i>Decreto nº 7.056, de 28/12/2009, publicado no Diário Oficial da União de 29/12/2009.</i>			
<i>Decreto nº 7.778, de 27/07/2012, publicado no Diário oficial da União de 30/07/2012.</i>			
<i>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</i>			
<i>Portaria nº 990/PRES, de 7 de julho de 2010, vincula administrativamente a Frente Etno-Ambiental Guaporé à UJ.</i>			
<i>Portaria nº 1213/PRES/FUNAI, DE 26/08/2010, vincula administrativamente a FPEA Uru-Eu-Wau-Wau à UJ.</i>			
<i>Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada</i>			
<i>Portaria nº 1733/PRES/FUNAI/2012, Aprova o Regimento Interno da FUNAI</i>			
<i>Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</i>			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
<i>Código SIAFI</i>	<i>Nome</i>		
194088	Fundação Nacional do Índio – FUNAI.		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
<i>Código SIAFI</i>	<i>Nome</i>		
19208	Fundação Nacional do Índio – FUNAI.		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
<i>Código SIAFI da Unidade Gestora</i>		<i>Código SIAFI da Gestão</i>	
194088		19208	

2.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

Finalidades da Unidade

De acordo com o Art. 22 do Anexo I do Decreto 7.056, de 28/12/2009, compete a Coordenação Regional de Ji-Paraná:

I - realizar a supervisão técnica e administrativa das coordenações técnicas locais e de outros mecanismos de gestão localizados em suas áreas de jurisdição, bem como exercer a representação política e social do Presidente da FUNAI;

II - coordenar, controlar, acompanhar e executar as atividades relativas à proteção territorial e promoção dos direitos socioculturais das populações indígenas;

III - executar atividades de promoção ao desenvolvimento sustentável das populações indígenas;

IV - executar atividades de promoção e proteção social;

V - preservar e promover a cultura indígena;

VI - apoiar a implementação de políticas voltadas à proteção territorial dos grupos indígenas isolados e recém-contatados;

VII - apoiar a implementação de políticas de monitoramento territorial nas terras indígenas;

VIII – executar ações de preservação ao meio ambiente; e

IX - executar ações de administração de pessoal, material, patrimônio, finanças contabilidade e serviços gerais, em conformidade com a legislação vigente.

§ 1o Subordinam-se às Coordenações Regionais as Coordenações Técnicas Locais, cujas atividades serão definidas em regimento interno, e

§ 2o Na sede das Coordenações Regionais poderão funcionar unidades da Procuradoria Federal Especializada.

Competências Institucionais da Unidade.

De acordo com o Art. 202 do Anexo I da Portaria nº 1733/PRES/2012 que aprova o Regimento Interno da FUNAI, são competências das Coordenações Regionais-CR:

I - supervisionar técnica e administrativamente as coordenações técnicas locais, exceto aquelas que estejam sob subordinação das Frentes de Proteção Etnoambiental, e de outros mecanismos de gestão localizados em suas áreas de jurisdição, e representar política e socialmente o Presidente da FUNAI na região;

II - coordenar e monitorar a implementação de ações relacionadas à administração orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoas, realizadas pelas Frentes de Proteção Etnoambiental;

III - coordenar, implementar e monitorar as ações de proteção territorial e promoção dos direitos socioculturais dos povos indígenas;

IV - implementar ações de promoção ao desenvolvimento sustentável dos povos indígenas e de etnodesenvolvimento econômico;

V - implementar ações de promoção e proteção social;

VI - preservar e promover a cultura indígena;

VII - apoiar a implementação de políticas para a proteção territorial dos povos indígenas isolados e de recente contato;

VIII - apoiar o monitoramento territorial nas terras indígenas;

IX - apoiar as ações de regularização fundiária de terras indígenas sob a sua jurisdição, em todas as etapas do processo;

X - implementar ações de preservação do meio ambiente;

XI - implementar ações de administração de pessoal, material, patrimônio, finanças, contabilidade e serviços gerais.

XII - monitorar e apoiar as políticas de educação e saúde para os povos indígenas.

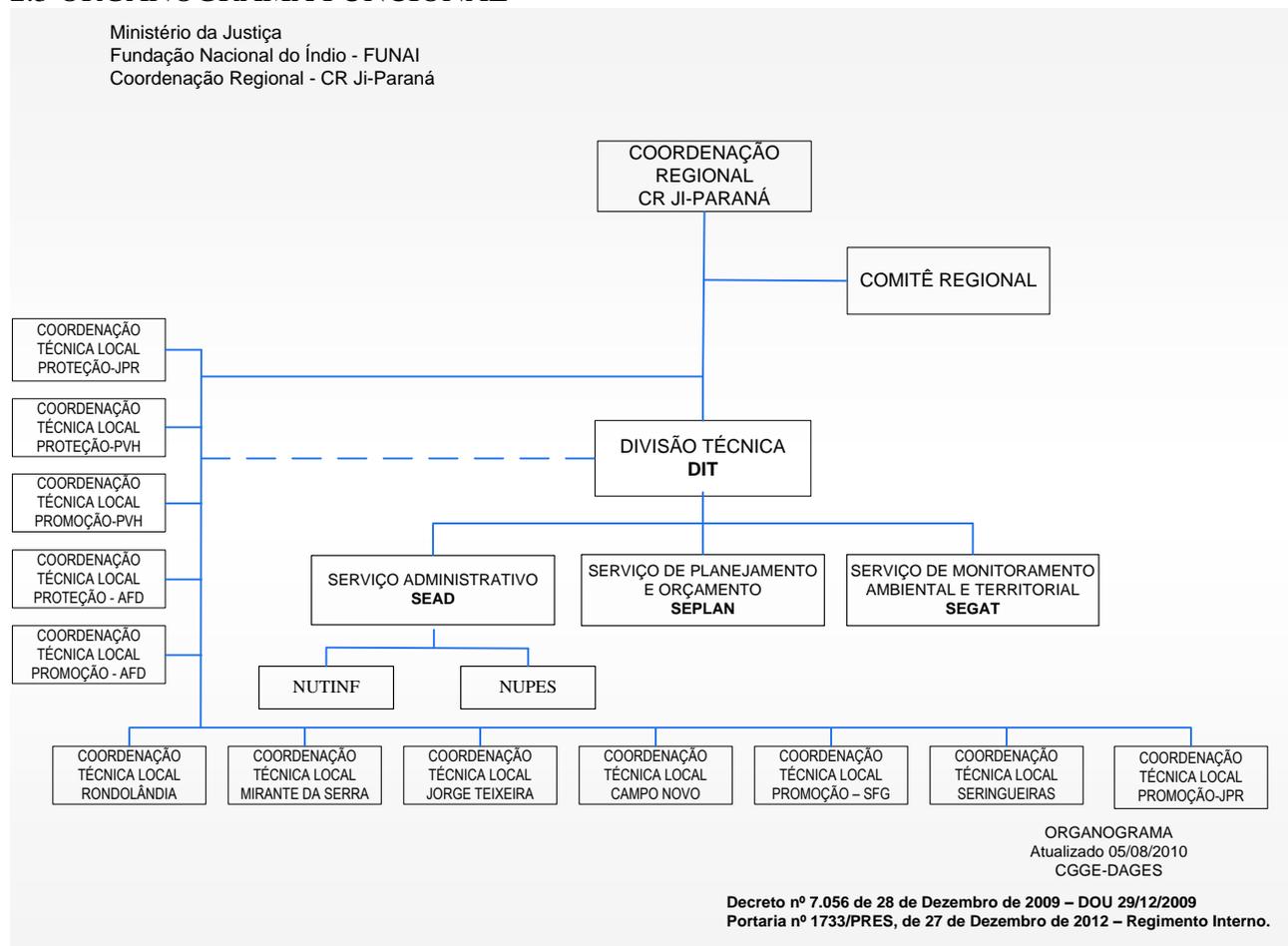
XIII - elaborar os planos de trabalho regional; e

XIV - promover o funcionamento do Comitê Regional em sua área de atuação.

§ 1º As Coordenações Regionais poderão ter sob sua subordinação Coordenações Técnicas Locais, na forma definida em ato do Presidente da FUNAI.

§ 2º Na sede das Coordenações Regionais poderão funcionar unidades da Procuradoria Federal Especializada.

2.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL



Descrição Sucinta das Competências e Atribuições do Organograma

Coordenação Regional de Ji-Paraná

De acordo com o Art. 202 do Regimento Interno à Coordenação regional de Ji-Paraná-CR compete:

I - supervisionar técnica e administrativamente as coordenações técnicas locais, exceto aquelas que estejam sob subordinação das Frentes de Proteção Etnoambiental, e de outros mecanismos de gestão localizados em suas áreas de jurisdição, e representar política e socialmente o Presidente da FUNAI na região;

II - coordenar e monitorar a implementação de ações relacionadas à administração orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoas, realizadas pelas Frentes de Proteção Etnoambiental;

III - coordenar, implementar e monitorar as ações de proteção territorial e promoção dos direitos socioculturais dos povos indígenas;

IV - implementar ações de promoção ao desenvolvimento sustentável dos povos indígenas e de etnodesenvolvimento econômico;

V - implementar ações de promoção e proteção social;

VI - preservar e promover a cultura indígena;

VII - apoiar a implementação de políticas para a proteção territorial dos povos indígenas isolados e de recente contato;

- VIII - apoiar o monitoramento territorial nas terras indígenas;
 - IX - apoiar as ações de regularização fundiária de terras indígenas sob a sua jurisdição, em todas as etapas do processo;
 - X - implementar ações de preservação do meio ambiente;
 - XI - implementar ações de administração de pessoal, material, patrimônio, finanças, contabilidade e serviços gerais.
 - XII - monitorar e apoiar as políticas de educação e saúde para os povos indígenas.
 - XIII - elaborar os planos de trabalho regional; e
 - XIV - promover o funcionamento do Comitê Regional em sua área de atuação.
- § 1º As Coordenações Regionais poderão ter sob sua subordinação Coordenações Técnicas Locais, na forma definida em ato do Presidente da FUNAI.
- § 2º Na sede das Coordenações Regionais poderão funcionar unidades da Procuradoria Federal Especializada.

Produto:

Representação e implementação das políticas indigenistas em nível regional.

Comitê Regional de Ji-Paraná

De acordo com o Art. 12 do Regimento Interno da FUNAI, ao Comitê Regional da Coordenação regional de Ji-Paraná-CR compete:

§ 1º Os Comitês Regionais serão compostos por Coordenadores Regionais, que os presidirão, Assistentes, Chefes de Divisão e de Serviços, Chefes das Coordenações Técnicas Locais, representantes indígenas locais e de órgãos e entidades da administração pública federal:

I - a representação indígena de que trata o §1º não será exercida por servidor público federal; e

II - o mandato dos membros do comitê regional será de dois anos, prorrogável por igual período e terá início a partir da data de posse.

§ 2º Os Comitês Regionais terão no máximo 30 (trinta) membros, assegurada a paridade entre os representantes dos órgãos do governo federal e os representantes indígenas:

I - os casos excepcionais que excederem esse limite serão deliberados em reunião da Diretoria Colegiada; e

II - fica assegurada, em observância ao limite estabelecido no §2º, a participação de outros servidores do quadro efetivo da FUNAI na composição do comitê regional.

§ 3º As reuniões dos Comitês Regionais ocorrerão ordinariamente uma vez por semestre e, extraordinariamente, quando convocadas pelo seu Presidente ou pela maioria de seus membros:

I - o quorum para a realização das reuniões dos Comitês Regionais será de, no mínimo, cinquenta por cento dos membros votantes e as deliberações ocorrerão por maioria simples de votos, excetuados casos previstos no regimento interno em que se exijam quorum qualificado; e

II - em caso de impedimento do membro titular, ele será representado por seu substituto legal.

§ 4º Os Comitês Regionais poderão, por intermédio do Presidente ou por decisão de seu plenário, convidar outros órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal, técnicos, especialistas, representantes de entidades não governamentais, membros da sociedade civil e da CNPI para prestar informações e opinar sobre questões específicas, sem direito a voto, na forma do regimento do Comitê Regional.

Produto:

Reunião semestral para definir e/ou aprovar questões específicas de execução das atividades da Coordenação Regional.

Divisão Técnica – DIT

De acordo com o Art. 203 do Regimento Interno da FUNAI, à Divisão Técnica - DIT da Coordenação regional de Ji-Paraná-CR compete:

- I - prestar apoio técnico à elaboração dos planos de trabalho regionais sob responsabilidade da Coordenação Regional;
- II - coordenar e supervisionar tecnicamente a implementação, pelas Coordenações Técnicas Locais, dos planos, projetos e atividades;
- III - coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas à administração orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoas, pelos Serviços que integram a Coordenação Regional, pelas Coordenações Técnicas Locais e pelas Frentes de Proteção Etnoambiental;
- IV - coordenar e supervisionar a execução orçamentária e financeira dos projetos e atividades de monitoramento territorial, gestão ambiental, etnodesenvolvimento econômico, realizada pelo Serviço de Gestão Ambiental e Territorial – SEGAT e pelas Coordenações Técnicas Locais;
- V - realizar o planejamento e orientar a execução orçamentária e financeira relativos aos projetos e atividades de promoção e proteção dos direitos sociais dos povos indígenas, em consonância com as diretrizes e orientações técnicas emanadas da Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos Sociais – CGPDS;
- VI - coordenar, supervisionar e apoiar a execução de projetos e atividades de promoção e proteção dos direitos sociais das comunidades indígenas, realizada pelas Coordenações Técnicas Locais;
- VII - realizar o planejamento e orientar a execução orçamentária e financeira relativos às ações de educação diferenciada e específica para os povos indígenas, em consonância com as diretrizes e orientações técnicas emanadas da Coordenação-Geral de Promoção a Cidadania - CGPC;
- VIII - prover os meios logísticos necessários à execução das ações de regularização fundiária de terras indígenas sob a sua jurisdição em todas as etapas do processo; e
- IX - prover os meios logísticos necessários à execução das ações da Corregedoria e da Auditoria Interna;
- X - controlar, sistematizar e consolidar informações sobre planejamento, programação e execução orçamentária, física e financeira, quanto ao alcance das metas e indicadores das ações sob responsabilidade da Coordenação Regional; e
- XI - supervisionar a execução das ações voltadas à preservação e proteção do patrimônio cultural indígena.

Produto:

Administração interna da Unidade Jurisdicionada

Serviço Administrativo - SEAD

De acordo com o Art. 205 do Regimento Interno da FUNAI, ao Serviço de Apoio Administrativo - SEAD da Coordenação regional de Ji-Paraná-CR compete:

- I - executar as atividades de apoio administrativo;
- II - programar e executar as atividades relativas às áreas de administração, material e patrimônio, transporte e manutenção, documentação, obras e serviços, informática e telecomunicações;
- III - orientar e acompanhar as atividades inerentes à gestão de pessoas; em consonância com as diretrizes emanadas da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas da FUNAI;
- IV - controlar e executar as atividades inerentes às áreas de protocolo, arquivo, recebimento e expedição de documentos e publicação dos atos administrativos; e
- V - realizar as atividades de concessão de diárias e passagens e monitorar a apresentação das respectivas prestações de contas, no âmbito da Coordenação Regional.

De acordo com o Art. 206 do Regimento Interno da FUNAI, ao Núcleo de Gestão em Tecnologia da Informação - NUTINF, do Serviço Administrativo - SEAD compete planejar as contratações das soluções de tecnologia da informação relacionadas à Coordenação Regional e realizar as atividades de gestão dos respectivos contratos.

De acordo com o Art. 207 do Regimento Interno da FUNAI, ao Núcleo de Gestão de Pessoal - NUPES, do Serviço Administrativo compete:

- I - executar as atividades de gestão de pessoas relacionadas a controle de lotação, movimentação, frequência, férias, afastamentos, concessão de diárias e passagens, prestação de contas de viagens; e

II - realizar os procedimentos relacionados às avaliações individuais dos servidores lotados nas Coordenações Regionais, nas Coordenações Técnicas Locais e nas Coordenações das Frentes de Proteção Etnoambiental.

Produto:

Procedimento administrativo célere para prover as atividades fins da Coordenação.

Serviço de Planejamento e Orçamento - SEPLAN

De acordo com o Art. 208 do Regimento Interno da FUNAI, ao Serviço de Planejamento e Orçamento - SEPLAN da Coordenação regional de Ji-Paraná-CR compete:

- I - planejar, executar e controlar as atividades relativas à administração orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos recursos descentralizados pela FUNAI para a execução das ações sob responsabilidade da Coordenação Regional;
- II - executar e controlar as atividades relativas à administração orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos recursos descentralizados para a execução das ações sob responsabilidade das Frentes de Proteção Etnoambiental;
- III - elaborar Plano de Aplicação da Renda do Patrimônio Indígena e acompanhar a sua execução;
- IV - analisar as prestações de contas de convênios e de instrumentos congêneres; e
- V - elaborar e sistematizar informações relativas à execução das ações sob responsabilidade da Coordenação Regional; para compor a prestação de contas anual.

Produto:

Procedimentos orçamentários e financeiros para o desenvolvimento das atividades da Unidade.

Serviço de Gestão Ambiental e Territorial - SEGAT

De acordo com o Art. 204 do Regimento Interno da FUNAI, ao Serviço de Gestão Ambiental e Territorial - SEGAT da Coordenação regional de Ji-Paraná-CR compete:

- I - realizar diagnósticos regionais de gestão territorial e ambiental das terras indígenas jurisdicionadas à Coordenação Regional, em consonância com as diretrizes e orientações técnicas emanadas das Coordenações Gerais da FUNAI responsáveis por essas temáticas;
- II - elaborar os planos de trabalho das ações de monitoramento territorial, gestão ambiental, etnodesenvolvimento econômico, em articulação com as Coordenações Técnicas Locais, e em consonância com as diretrizes e orientações técnicas emanadas das Coordenações Gerais da FUNAI responsáveis por essas temáticas;
- III - apoiar, acompanhar e executar as ações de monitoramento territorial, gestão ambiental, etnodesenvolvimento econômico, em articulação com as Coordenações Técnicas Locais, e em consonância com as diretrizes e orientações técnicas emanadas das Coordenações Gerais da FUNAI responsáveis por essas temáticas;
- IV - elaborar relatórios de execução das atividades de monitoramento territorial, gestão ambiental e etnodesenvolvimento econômico em consonância com as diretrizes e orientações técnicas emanadas das Coordenações Gerais da FUNAI responsáveis por essas temáticas;
- V - promover a articulação e a interface das ações voltadas ao monitoramento territorial, etnodesenvolvimento econômico e gestão ambiental das terras indígenas;
- VI - executar ações de qualificação de reivindicações por demarcações de terras indígenas, em consonância com as diretrizes e orientações técnicas emanadas da Coordenação-Geral de Identificação e Delimitação – CGID;
- VII - apoiar e acompanhar a execução das ações de regularização fundiária de terras indígenas sob a sua jurisdição da Coordenação Regional, sob a coordenação da Diretoria de Proteção Territorial;

VIII - acompanhar os processos de licenciamento ambiental de empreendimentos que afetem terras indígenas, em consonância com as diretrizes e orientações técnicas emanadas da Coordenação-Geral de Gestão Ambiental – CGGAM;

IX - apoiar e acompanhar as ações voltadas à proteção territorial dos grupos indígenas isolados em articulação com as Frentes de Proteção Etnoambiental, em consonância com as diretrizes e orientações técnicas emanadas da Coordenação-Geral de Políticas para Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato – CGIIRC; e

X - formular ações voltadas à educação para sustentabilidade das terras indígenas, em articulação com as Coordenações Técnicas Locais, e em consonância com as diretrizes e orientações técnicas emanadas da Coordenação Geral de Promoção da Cidadania, Coordenação Geral de Etnodesenvolvimento e Coordenação-Geral de Gestão Ambiental.

Produto:

Acompanhar a execução das políticas públicas da CTL.

Coordenações Técnicas Locais – CTL

De acordo com o Art. 214 do Regimento Interno da FUNAI, às Coordenações Técnicas Locais - CTL da Coordenação regional de Ji-Paraná-CR compete:

I - planejar e implementar ações de promoção e proteção dos direitos sociais dos povos indígenas, de etnodesenvolvimento e de proteção territorial, em conjunto com os povos indígenas e sob orientação técnica das áreas afins do Órgão Central da FUNAI ;

II - implementar ações para a localização, monitoramento, vigilância, proteção e promoção dos direitos de índios isolados ou de recente contato em sua área de atuação, nos casos específicos de subordinação da Coordenação Técnica Local à Frente de Proteção Etnoambiental, conforme definido em ato do Presidente da FUNAI;

III - implementar ações para a preservação e proteção do patrimônio cultural indígena; e

IV - articular-se com outras instituições públicas e da sociedade civil para a consecução da política indigenista, em sua área de atuação.

Produto:

Executar as ações finalísticas de proteção territorial, monitoramento, vigilância, promoção dos direitos sociais dos povos indígenas, preservação do patrimônio cultural e atividades etnoambientais.

2.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

A Unidade Jurisdicionada realizou no exercício 2012, ações em 04 (quatro) objetivos finalísticos dentro do Programa 0150 do PPA 2012-2015 (Proteção e Promoção dos Direitos Sociais dos Povos Indígenas), a saber:

I – Objetivo 0943 – Garantir aos Povos Indígenas a Plena Ocupação e Gestão de suas Terras:

- Proteção, vigilância e monitoramento ambiental e territorial das terras indígenas através de fiscalizações periódicas e ações articuladas em parceria com outras instituições visando combater e prevenir ilícitos nos territórios jurisdicionados à Coordenação Regional;
- Inserção de indígenas no planejamento e realização das atividades de vigilância e monitoramento ambiental dos seus respectivos territórios;
- Realização, através das Frentes de Proteção Etnoambiental Madeirinha, Uru-Eu-Wau-Wau e Guaporé, da proteção, vigilância e monitoramento ambiental e territorial das terras indígenas de índios isolados e recém contatados, bem como a implementação da política de proteção e

promoção aos povos indígenas de recente contato, articulando ações governamentais e da sociedade civil junto a esses povos;

II – Objetivo 0945 – Implantar e Desenvolver a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas:

- Promoção do etnodesenvolvimento em Terras Indígenas através da busca de parcerias com outros órgãos e instituições e no fomento às atividades voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e na geração de renda das populações indígenas, como por exemplo: apoio ao cultivo das roças tradicionais, pomares, extrativismo (borracha e castanha), criação de pequenos animais (galinha), vacinação de rebanho bovino, piscicultura, plantio de café, acompanhamento das ações de realização do Diagnóstico Etnoambiental participativo da TI Zoró, elaboração e acompanhamento do projeto de compra simultânea de produtos da agricultura familiar para inserção na merenda escolar junto a CONAB/RO, dentre outras;
- Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas: Implantação do GATI - Projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena, na Terra Indígena Igarapé Lurdes.

III – Objetivo 0948 – Promover o Acesso Amplo e Qualificado dos Povos Indígenas aos Direitos Sociais e de Cidadania:

- Proteção social dos povos indígenas através de atividades que proporcionam a acessibilidade das comunidades indígenas aos direitos sociais e previdenciários junto às instituições governamentais, mutirões para emissão de documentação básica (RANI, CPF, RG, Carteira de Trabalho e outros), apoio ao deslocamento de indígenas, cadastramento de beneficiários do Programa Bolsa Família no CAD ÚNICO, palestras sobre combate ao uso de bebidas alcoólicas nas aldeias, cadastramento de indígenas para subsidiar a seleção das famílias para acesso no Programa Nacional de Habitação Rural, entrega de cobertores aos indígenas doados pela Receita Federal, e demais atendimentos relativos à assistência social das populações indígenas jurisdicionadas;

IV – Objetivo 0952 – Promover o Direito dos Povos Indígenas a uma Educação Diferenciada em Todos os Níveis:

- Fomento e valorização dos processos educativos dos povos indígenas, através do apoio na realização de encontros, seminários, palestras e reuniões em parceria com diversas instituições; acompanhamento, monitoramento e avaliação educacional proporcionada aos estudantes indígenas nos níveis fundamental, médio e superior; apoio a gestão administrativa ao projeto de formação continuada para os professores indígenas junto ao MEC/FNDE; apoio no fomento a alguns indígenas cursando universidades; aquisição de 01 (um) ônibus viabilizado pelo MEC, através de articulação com a SEMEC / Prefeitura de Rondolândia (MT), dentre outros.

2.5 MACROPROCESSOS DE APOIO

Apesar de ter enfrentado grandes dificuldades de ordem orçamentária durante o exercício 2012, a UJ buscou otimizar os recursos existentes visando manter as condições básicas de trabalho para proporcionar a execução das atividades administrativas previstas.

I – Administrativo - Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado:

Administração da Unidade: Os principais serviços realizados pelos setores que compõem a estrutura administrativa da UJ e que proporcionaram o suporte necessário para a execução das atividades finalísticas foram:

- Elaboração do Plano de Trabalho da Coordenação Regional de Ji-Paraná (RO) – exercício 2012;
- Expedição de documentos administrativos tais como ofícios, memorandos, despachos, nota de empenho, nota de crédito orçamentário e financeiro, dentre outras;
- Realização dos controles de veículos, combustíveis, lubrificantes, manutenção de veículos e equipamentos, controle de pessoal e de diárias, dentre outros;
- Realização de pregões eletrônicos e processos de compras, bem como a formalização e fiscalização de contratos administrativos;
- Elaboração dos Relatórios de Gestão apresentados aos órgãos de controle interno e externo;
- Apoio às Coordenações Técnicas Locais e às 03 (três) Frentes de Proteção Etnoambiental que atuam na região (FPEA Madeirinha, FPEA Uru-Eu-Wau-Wau e FPEA Guaporé), no que diz respeito a questões administrativas e gestão orçamentária e financeira;
- Implantação e realização das reuniões do Comitê Regional e do Núcleo Diretivo.

2.6 PRINCIPAIS PARCEIROS

- Coordenações Gerais da FUNAI na definição das estratégias de trabalho, aprovação da programação e descentralização orçamentárias dos recursos para a execução das atividades meio e finalísticas;
- Comitê Regional de Ji-Paraná no acompanhamento, aprovação e deliberação do Plano de Trabalho anual, priorização da dotação orçamentária destinada ao apoio aos direitos sociais indígenas e do Relatório Anual das Atividades Realizadas;
- Organizações Indígenas das comunidades jurisdicionadas a UJ na definição das demandas das aldeias, na vigilância e monitoramento das terras indígenas e na parceria na execução das atividades finalísticas;
- Ministério Público Federal no apoio jurídico na defesa e aplicação dos direitos sociais dos povos indígenas;
- Governo do Estado de Rondônia no apoio na recuperação de estradas vicinais, fomento de sementes de grãos e serviços de mecanização agrícolas para pequenos roçados e tanques para piscicultura;
- Secretaria Estadual e Municipal de Educação na aplicação da educação nas comunidades indígenas;
- Secretaria Nacional de Saúde Indígena no atendimento as ações de saúde para os povos indígenas, conforme estabelecido no PPA da FUNAI;
- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte no atendimento as ações compensatórias para as terras indígenas Uru-Eu-Wau-Wau e Rio Branco referente aos impactos ocasionados pela pavimentação da BR-429;
- Santo Antônio Energia S/A no atendimento as ações compensatórias para as terras indígenas Karitiana e Karipuna referente aos impactos ocasionados pela construção e instalação do Complexo Hidroelétrico de Santo Antônio no rio Madeira;

- Energia Sustentável do Brasil S/A no atendimento as ações compensatórias para a terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau referente aos impactos ocasionados pela construção e instalação do Complexo Hidroelétrico de Jirau no rio Madeira.

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Com base no Art. 200. Do Regimento Interno da FUNAI/2012, aos Comites Regionais compete:

I – colaborar na formulação de políticas de proteção e promoção territorial dos povos indígenas em sua região de atuação,

II – propor ações de articulação com outros órgãos dos governos estaduais e municipais e organizações não governamentais,

III – colaborar na formulação do planejamento anual para a região, e

IV – apreciar o relatório anual e a prestação de contas da Coordenação Regional.

O Comitê Regional da CR de Ji-Paraná foi tempestivamente instalado em 2012, e encontra-se atuando em conformidade com suas atribuições regimentais tendo sido realizadas no exercício duas assembleias extraordinárias sendo a primeira para a implantação do comitê e a segunda para proposição e deliberação de ações voltadas para a promoção e proteção territorial dos povos indígenas da área de atuação da CR.

3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

Quadro 3.2.1 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.	X				
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.	X				
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.	X				
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	X				
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				

15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.		X			
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	X				
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	X				
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.	X				
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	X				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	X				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	X				
Análise Crítica:					
O sistema de Auditoria e Controle Interno ainda se encontra concentrado ao nível da Seda da Instituição, por isso não existe a nível da UJ um Ambiente de Controle, o que prejudica o desempenho adequado dos itens elencados nesse quesito. Assim não acontece avaliação de risco nem procedimento de controle. Apesar de que a informação e comunicação se apresenta razoável tanto dentro da Unidade Jurisdicionada quanto com seus parceiros e público beneficiário.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoría .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioría .					
(5) Totalmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1.1 - Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro 4.1.1.1 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

<i>Identificação da Ação</i>						
<i>Código</i>		201B				
<i>Descrição</i>		FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO TERRITORIAL DAS TERRAS INDÍGENAS				
<i>Iniciativa</i>		Fiscalizar as Terras Indígenas por meio de diagnósticos e ações articuladas de extrusão, vigilância, combate e prevenção de ilícitos e monitoramento territorial, espacial e ambiental.				
<i>Unidade Responsável</i>		Coordenação Regional de Ji-Paraná				
<i>Unidade Orçamentária</i>		Fundação Nacional do Índio				
<i>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</i>						
<i>Dotação</i>		<i>Despesa</i>		<i>Restos a Pagar</i>		<i>Valores Pagos</i>
<i>Inicial</i>	<i>Final</i>	<i>Empenhada</i>	<i>Liquidada</i>	<i>Processados</i>	<i>Não Processados</i>	
		10.072.388	8.011.761	-	2.060.627	8.011.761
<i>Metas do Exercício Para a Ação</i>						
<i>Ordem</i>	<i>Descrição</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta Física</i>		<i>Meta Financeira</i>	
			<i>Prevista</i>	<i>Realizada</i>	<i>Prevista</i>	<i>Realizada</i>

4.1.1.2 Análise Crítica

As ações planejadas no plano de trabalho 2012, não chegaram a ser detalhadas para a descentralização orçamentária, razão da não existência de meta estabelecida. As descentralizações de recursos para a execução das atividades fins foram realizadas como emergenciais.

Cumprimento das metas

A meta Estabelecida pela CR foi promover a proteção territorial de 6 (seis) terras indígenas a saber: Uru-Eu-Wau-Wau, Igarapé Lourdes, Zoró, Rio Branco, Karitiana e Karipuna. A seguir apresenta-se o relato das atividades realizadas:

a) Fiscalização e vigilância indígena na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau:

As atividades foram realizadas na parte norte da Terra Indígena Uru Eu Wau Wau. Os objetivos previstos na programação foram todos cumpridos.

Resultados alcançados foram:

- Autuação de responsáveis por ilícitos ambientais, com apreensão de toras, tábuas cerradas dentro da área, espingardas de caçadores e um caminhão carregado de toras, em ações de diagnóstico e fiscalização, com a colaboração da Polícia Militar Ambiental de Ji-Paraná, entre as aldeias Alto Jaru e Alto Jamari até a região de Terra Rocha.
- Inserção de indígenas Uru Eu Wau Wau na vigilância ambiental de seu território em parceria com o SEMAT e CTL de Proteção Territorial de Monte Negro.
- Manutenção da Barreira Monte Negro (Barreira 2), com participação de servidores e indígenas e realização de operações de diagnóstico e fiscalização periódicas.
- Pequeno apoio com alguns recursos deste plano de auxílio financeiro a indígenas e diárias de colaboradores para ações de vigilância e fiscalização na Terra Indígena Rio Branco, município de Alta Floresta do Oeste –RO, a partir da Barreira da Linha 86 e manutenção desta Barreira.

Em anexo registros de ilícitos encontrados na TI Uru-Eu-Wau-Wau.

b) Fiscalização e vigilância indígena nas Terras Indígenas Karitiana e Karipuna:

As atividades foram realizadas dentro das Terras Indígenas Karitiana e Karipuna e no entorno destas. Os objetivos previstos na programação foram todos cumpridos.

Resultados alcançados foram:

- Apoio com recursos da 2012NC004069 para ações de fiscalização nas TIs Igarapé Lourdes, Uru Eu Wau Wau e Zoró (por estarem sem aprovação dos Planos anuais usaram recursos desta NC para atender demandas urgentes).
- Operação de fiscalização com a colaboração da PM Ambiental para repressão de caça, pesca e extração ilegal de madeira na zona rural de Candeias do Jamari e Nova Mamoré no entorno da TI Karitiana, no período de 11 a 20 de novembro de 2012.
- Vigilância na TI Karipuna juntamente com os indígenas contratados pelo Plano de Compensação da Hidrelétrica de S. Antônio, no período de 28.11.12 a 05.12.12.
- Realizar fiscalização nas terras indígenas Karitiana e Karipuna, coibindo ilícitos ambientais como caça, pesca, grilagem de terras e a extração ilegal de madeira dentro das terras indígenas, referência de denúncias realizada pela Coordenação Técnica Local de Proteção Territorial de Porto Velho, indígenas e órgão como IBAMA, ICMBio e BPA/RO.
- Operação saindo de porto velho ao município de nova Mamoré pela BR 364, logo após adentrando pela linha 28, Sindiney Jirão, até a linha 32 B, 33 B e 31 B e 30 B, parte sul da referido TI. Dando prosseguimento retornamos a BR364, para o Município de buritis, pela Linha 67, linha APO, chegando na linha 3, município de buritis, onde o Cacique Batiti, foi informado de possivelmente irão colocar algumas cabeças de gado na região conhecida como fazenda do Guedes (propriedade do Sr. Plínio). Via Terrestre.
- Operação saindo via fluvial, temos denúncias que na linha 6 foi visto indícios de madeireiros adentrando na TI, nas margens do Rio Formoso e rio Jaci, neste rio esta ocorrendo pesca esportiva nos finais de semana.

c) Fiscalização e vigilância indígena nas Terras Indígenas Zoró, no município de Rondolândia-MT, Terra Indígena Igarapé Lourdes, no município de Ji-Paraná-RO e Terra Indígena Rio Branco, no município de Alta Floresta do Oeste-RO.

Nem todos os objetivos previstos foram alcançados porque a barreira de proteção da TI Zoró foi desativada por envolvimento de alguns indígenas com a venda de madeira. Os caminhões com madeira saem da terra indígena por uma estrada que passa próximo à barreira. Por estes motivos, e pela própria questão de segurança de indígenas e servidores, considerando que a atividade de extração ilegal de madeira envolve alta periculosidade, desativou-se a referida barreira.

Resultados alcançados foram:

- 2 operações de fiscalização ambiental na TI Rio Branco.
- 1 Operação de fiscalização na TI Igarapé Lourdes
- 1 Operação de fiscalização no entorno da TI Zoró e em Espigão do Oeste, juntamente com IBAMA, Polícia Federal e Polícia Ambiental.
- 3 Operações de fiscalização na TI Uru Eu Wau Wau.
- Inserção de indígenas da TI Rio Branco, Igarapé Lourdes e Uru Eu Wau Wau em ações de vigilância ambiental.
- Desenvolvimento de trabalhos de Proteção Territorial através da vigilância indígena e fiscalização nas Terras Indígenas rio Branco, Zoró e Igarapé Lourdes, Karitiana e Karipuna, a partir das bases de proteção instaladas dentro dos limites das referidas Terras Indígenas, com inserção de indígenas nas ações de vigilância. Nas missões ostensivas contou-se com a colaboração da Polícia Militar Ambiental para repressão de caça, pesca e extração ilegal de madeira.
- Operação de fiscalização terrestre na Terra Indígena Uru Eu Wau Wau, no entorno da aldeia Jamari, no município de Governador Jorge Teixeira, com objetivo de executar ações de policiamento ostensivo, para averiguar a retirada de madeira e presença de caçadores e pescadores (20 a 25.08.2012).
- Fiscalização na Terra Indígena Uru Eu Wau Wau na margem do rio Jaci Paraná (base da ICM BIO) no município de Campo Novo-RO e Mirante da Serra-RO (17 a 26.09.2012). Obs.: Nesta missão um servidor teve diárias deste plano e três colaboradores da Polícia Militar Ambiental

tiveram diárias do Plano emergencial Karitiana e Karipuna, considerando às necessidades das atividades de fiscalização e recursos disponíveis no SEMAT.

- Fiscalização na Terra Indígena Rio Branco e Massaco pelo lado leste e sul, região das linhas 70 fazenda do Coronel, com incursão até os limites para verificação in loco de retirada de madeiras nas Terras Indígenas.
- Vigilância e monitoramento pelo rio Machado - TI Igarapé Lourdes- com participação indígena, na base Jatuarana, indo até o Igarapé Azul na divisa da TI com a reserva Biológica do Jarú.
- Ação de fiscalização ostensiva em conjunto com a Polícia Federal de Espigão do Oeste (Operação Arco de Fogogo), o IBAMA e a Polícia Militar Ambiental na região do Pacarana, município de Espigão do Oeste-RO.

Em anexo registros dessas operações.

Eventuais problemas de execução

A TI Uru-Eu-Wau-Wau sofre enorme pressão antrópica, para caça, pesca e retirada de madeira. Na área norte existe litígio na região chamada de Burareiro, com moradores que receberam terras do INCRA, onde muitos possuem título definitivo e aguardam uma definição fundiária. Outros acumularam vários lotes formando-se algumas fazendas. Praticamente em todas viagens de fiscalização são constatados ilícitos ambientais. É uma área grande com diversos acessos por estrada. Seria preciso manter uma fiscalização constante com colaboração da Polícia para efetuar as apreensões necessárias e autuar os infratores, além de dar proteção aos servidores, dado que esta é uma área de risco. A situação de litígio da área, as autuações de infratores e apreensões de bens destes gera uma situação de tensão, onde os servidores da FUNAI correm riscos de vingança.

A escassez de recursos, a falta de servidores e poucos veículos dificultaram os trabalhos de manutenção das Barreiras, da troca de equipe de monitoramento e vigilância.

Nas TI's Karitiana e Karipuna ocorre grande pressão sobre as Terras Indígenas com dificuldade de manter uma ação de fiscalização constante com poucos recursos, com dificuldade para manter uma fiscalização constante nas terras indígenas Karitiana e Karipuna, devido aos poucos recursos no ano.

Demora nos procedimentos administrativos para manutenção de veículos (constatação do problema mecânico, orçamento, empenho de recursos, conserto e substituição de peças) e a falta de estruturação das CTLs de Proteção Territorial para possibilitar maior envolvimento nas ações de proteção territorial e vigilância ambiental.

Superações significativas das metas estabelecidas

Viagem a TI Igarapé Lourdes, na aldeia Igarapé Lourdes, levando um técnico para consertar o telefone da aldeia.

Restos a pagar

O Controle de restos a pagar é de competência da DPT.

Outros aspectos

Fazer um plano de trabalho emergencial buscando a otimização de recursos disponíveis para buscar manter a fiscalização da área dentro da TI Uru-Eu-Wau-Wau das atuais possibilidades de ação.

Fazer planejamento de atividades em conjunto com as CTL's para fiscalização de rotina e de verificação de denúncias de ilícitos ambientais.

Continuar a discussão com as lideranças do povo Zoró que são contrárias a venda de madeira - maioria das lideranças - realçando os prejuízos que representa para o povo Zoró, à sua organização e aos projetos produtivos da APIZ.

4.1.2 - Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro 4.1.2.1 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

<i>Identificação da Ação</i>						
<i>Código</i>	2711					
<i>Descrição</i>	PROMOÇÃO DO ETNODESENVOLVIMENTO EM TERRAS INDÍGENAS					
<i>Iniciativa</i>	Promover o etnodesenvolvimento, por meio da coordenação, apoio e fomento a processos e projetos, com ênfase na gestão e uso sustentável dos recursos naturais das terras indígenas, geração de renda e garantia da segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas.					
<i>Unidade Responsável</i>	Coordenação Regional de Ji-Paraná					
<i>Unidade Orçamentária</i>	Fundação Nacional do Índio					
<i>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</i>						
<i>Dotação</i>		<i>Despesa</i>		<i>Restos a Pagar</i>		<i>Valores Pagos</i>
<i>Inicial</i>	<i>Final</i>	<i>Empenhada</i>	<i>Liquidada</i>	<i>Processados</i>	<i>Não Processados</i>	
		8.670.451	3.052.367		5.618.085	3.052.367
<i>Metas do Exercício Para a Ação</i>						
<i>Ordem</i>	<i>Descrição</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta Física</i>		<i>Meta Financeira</i>	
			<i>Prevista</i>	<i>Realizada</i>	<i>Prevista</i>	<i>Realizada</i>

4.1.2.2 Análise Crítica

As ações planejadas no plano de trabalho 2012, não chegaram a ser detalhadas para a descentralização orçamentária, razão da não existência de meta estabelecida. As descentralizações de recursos para a execução das atividades fins foram realizadas como emergenciais.

Cumprimento das metas

Projeto: Fortalecimento da Infraestrutura Produtiva e Segurança Alimentar em Terra Indígena. Terra Indígena Igarapé Lourdes:

Cultivos de roças tradicionais em dezesseis aldeias, sendo quatorze da etnia Gavião e duas da etnia Araras, com meta para produzir 43 toneladas de milho, 6,0 toneladas de arroz, e 6 toneladas de feijão. A meta foi alcançada parcialmente. Os indígenas plantarem com grãos o Governo do Estado forneceu somente semente de feijão.

Continuação de Implantação de pomar de fruteiras em treze aldeias, sendo onze da etnia gavião e duas da etnia Araras, com meta prevista: Implantação de 3,0 hectares de pomar cítrico e 3,0 há de Pomar de Coco. A meta não foi alcançada porque não houve descentralização em tempo hábil dos recursos pela CGETNO.

Foram coletadas e comercializadas 27351 quilos de Castanha do Brasil, envolvendo 137 indígenas da etnia Gavião, distribuídos em onze aldeias.

Fomento à piscicultura em três aldeias da etnia Gavião e duas aldeias da etnia Araras, com meta prevista para produzir 10 toneladas de pescado.

Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau:

Fortalecimento das Atividades de Segurança Alimentar com a produção de alimentos tradicionais e geração de renda, nas aldeias: Alto Jamary, Jamary, Alto Jarú, 623 e 621, com meta prevista de produção de cinco toneladas de milho, 02 tons de amendoim, 3 toneladas de feijão e 6 tons de cará. Meta foi alcançada parcialmente. Os indígenas plantarem sementes de feijão fomentadas pelo Governo estadual.

Fortalecimento de a segurança alimentar na Comunidade Amondawa com a previsão de garantir alimento para a comunidade durante todo o ano, com venda de Farinha na cidade. Os indígenas plantaram com recursos próprios e de outros parceiros.

No atual exercício a coleta de castanha envolveu 54 pessoas de 11 famílias, que juntas coletaram 5.018,60 quilos de castanha, que rendeu aos Amondawa R\$ 10.037,20 de renda para a comunidade.

Os Amondawa utilizam de várias variedades de mandioca mansa para o fabrico da farinha branca polvilhada e para o consumo. Também, plantam mandioca brava para a produção da farinha puba (farinha d'água). Os trabalhos realizados pelos indígenas na colheita, fabricação e o comércio, são familiar, sendo que as famílias colaboram umas com outras no preparo da limpeza da mandioca para o fabrico da farinha. Na organização da produção da farinha, os indígenas contribuem com 10% da produção para realizar serviços de manutenção dos maquinários e compras de embalagens.

A CTL em parceria com a Associação Indígena Amondawa participam dos trabalhos em todas as fases da produção à comercialização.

No processo de produção e comércio da farinha de mandioca participam 89 indígenas de 23 famílias, que juntos plantam uma área de 27ha/ano, com produção de 233,36 toneladas de raiz in natura. Produziram e venderam 760 sacas de 50kg de farinha branca vendidas ao preço de R\$ 80,00/saca; e 159,5 sacas de 50kg de farinha d'água vendidas ao preço de R\$ 100,00/saca. Essa atividade rendeu aos Amondawa R\$ 76.750,00.

A atividade de criação, manejo e comercialização de pescado, a comunidade contou com a parceria do Governo Estadual que disponibilizou máquinas e profissionais para construção de tanques e assistência técnica; Juizados Especiais da Comarca de Ouro Preto do Oeste que cedeu as manilhas para construção do monge; Prefeitura Municipal de Mirante da Serra que forneceu outras máquinas e equipamentos para construção da barragem; A CGETNO com recursos financeiros para viabilizar o empreendimento; Parlamentares de Rondônia com recursos de Emendas para projetos de etnodesenvolvimento; e Associação do Povo Amondawa no apoio as famílias que estarão desenvolvendo as atividades da programação. A meta foi produzir 22 toneladas de peixe no ano, em uma lâmina de água de 40 mil m². A produção permitiu a comercialização de 24.171,70kg de tambaqui, ao valor de R\$ 4,30/kg, gerando uma renda bruta em torno de R\$ 103.938,00. As despesas próprias da comunidade foram de R\$ 9.938,00, com apurado líquido de R\$ 94.000,00. No Anexo 3 apresenta-se registro dessa atividade.

A renda líquida será destinada ao custeio da atividade seguinte e ampliação da infraestrutura, com novos investimentos. Abaixo fotos da atividade. Com a renda obtida já foram adquiridos R\$ 40.780,00 de ração, 10.000 alevinos de tambaqui para iniciar uma nova criação. Parte dos recursos está sendo utilizado na ampliação do projeto (contratados 72 horas de PC para construção de um novo tanque e melhoria da barragem).

O plantio, tratos culturais, colheita e comercialização dos excedentes das roças de subsistência teve o objetivo de fortalecer a oferta de alimentos para atender a demanda de consumo da comunidade Amondawa. Nessa atividade estiveram envolvidas 25 famílias e um total de 100 indígenas, na cultura do milho otiveram uma produção de 45.068 quilos, destes consumiram 3.018kg e 42.050kg foi o excedente; na cultura do arroz produziram 6.630 quilos, destes consumiram 5.330kg e 1.300kg foi o excedente; e na cultura do feijão produziram 13.007 quilos, destes consumiram 1.032kg e 11.975kg foi o excedente. O Excedente comercializado foi: 700,83 sacas de milho vendidas no valor de R\$ 17.520,83; 199,58 sacas de feijão vendidas no valor de R\$ 23.949,99; e 21,66 sacas de arroz vendidas no valor de R\$ 1.191,66. Perfazendo um ganho total para a comunidade de R\$ 42.662,48.

A Coordenação Técnica Local desenvolve trabalhos junto com a comunidade indígena de 01 pomar com 300 pés de citros, o objetivo do pomar é introduzir, mais uma fonte de alimentos saudáveis. A comunidade participa a cada mês dos trabalhos de poupa, adubação e limpeza.

A comunidade indígena contem 62 cabeças de bovinos para o fortalecimento alimentar, o manejo dos bovinos são feitos pelos indígenas, onde os custos de manutenção são totalmente financiada pela renda dos bovinos e dos indígenas. Construíram, no mês de outubro de 2012, para evitar conflitos com os moradores do entorno T.I., 300 metros de cerca com recursos próprios, onde a CTL colaborou com serviços de mão de obra e orientação. Após a construção da cerca os

indígenas iniciaram os trabalhos de benfeitorias (construção do curral), esta ainda não concluída. Teve o uso do trator na limpeza de picada, local do curral e perfuro dos buracos e transporte das madeiras (toco e estaca) e também utilização de moto serras.

Terra Indígena Zoró:

Fortalecimento da Produção Agrícola com Segurança Alimentar na TI Zoró, com plantio e manutenção de roças tradicionais e pequeno pomar em 22 aldeias da etnia Zoró. Com o Cultivo de 61 hectares de roças tradicionais. A meta foi alcançada parcialmente.

Fomento ao extrativismo do óleo de copaíba, nas aldeias Anguy Tapua, Pawanewã, Ibepuaxurey, Tamalisin, Duandynrej, Paraíso da Serra, Ipisyrej, Santa Cruz e Guwã Puxurej.

Fomento à piscicultura, nas aldeias Bubyrey, Duandynrej, Paraizo da Serra, Santa Cruz, Guwã Puxurej e Barreira. Meta prevista: Produção de 15 toneladas de pescado.

Coleta e comercialização de castanha do Brasil em vinte e uma aldeias da etnia Zoró. Meta Coleta, beneficiamento e comercialização de 80 toneladas de castanha.

Articulações com outras instituições, buscando parcerias e um melhor atendimento a população indígena no que tange a : Aquisição de sementes para plantio milho e arroz junto a SEMAGRI- Secretaria Municipal de Agricultura de Rondolândia/MT, articulação junto a SINFRA- Secretaria de Infra Estrutura de Mato Grosso, MPF, Condomínio APROVALE, Prefeitura de Rondolândia para fins de manutenção e recuperação de estradas, ponte e bueiros de acesso as aldeias, Articulação junto a SESAI visando buscar melhor atendimento às políticas publicas de saúde, Articulação junto a CEMAT e Programa Luz para Todos com intuito de ampliar o Programa para atendimento as demais aldeias Zoró próximas as redes de energia.

Com apoio do projeto Pacto das Águas foi ampliada a busca de mercado para os artesanatos indígenas, além de proporcionar outras oportunidades para vendas, como em reuniões, seminários e eventos em geral para divulgar, valorizar e inserir a arte indígena: cestarias, colares, pulseiras, cerâmicas, camisetas e demais produtos da biodiversidade como a copaíba e o mel nos mercados:local, regional e nacional. Atividades estas executadas por gestores Zoró.

Neste período com apoio do projeto pacto das águas e FUNAI o povo Zoró produziu 51.233 quilos de castanha do Brasil comercializada por R\$ 137.796,25; apoiou a produção de 3.768 quilos de Borracha natural gerando renda de R\$ 13.188,00; e produção e venda de 655 litros de óleo de copaíba vendidos por R\$ 14.446,00. O gênero feminino também foi fortalecido nesta frente por meio do artesanato, foi realizado um intercâmbio de experiência só para mulheres foi realizado no estado do Acre, para que as mulheres possam fortalecer essa atividade nas aldeias e busquem a melhoria da qualidade e valorização de seu trabalho, ao mesmo tempo possam passar conhecimento e replicar para outras mulheres.

Terra Indígena Rio Branco

Etnodesenvolvimento e Segurança Alimentar na TI Rio Branco, com as atividades:

Apoio ao cultivo de arroz, milho, feijão mandioca, plantados no sistema tradicional (consociados)

Meta prevista: Plantio de 120 hectares de culturas de arroz, milho feijão, mandioca consorciada parte em lavoura nova de café, produzindo 600 toneladas de mandioca, 900 sacas de arroz em casca, 1000 sacas de milho e 170 sacas de feijão. Meta alcançada parcialmente.

Motivo: A ação prejudicada deveu-se a não liberação de recursos financeiros pela CGETNO, não ocorreu o fornecimento pelo Estado de sementes de arroz e a semente de milho. Os indígenas conseguiram plantar com recursos próprios.

Parceria entre a FUNAI e IDARON de Alta Floresta D'Oeste - RO, em duas campanhas de vacinas assistidas com técnicos do órgão, por ser zona de fronteira, uma sendo em abril/2012 e a outra em novembro/2012. Na T.I., existem índios que possui rebanho bovino nas aldeias: Bom Jesus, Arará, São Luiz, Paraíso, Samba, Marcos, Barranco Alto, Morada Nova, Jatobá, Colorado, Cajuí, Estaleiro e Palhal. A população de rebanho dos índios hoje é de 420 cabeças. Além das duas viagens para a vacinação, existem as viagens de rotinas (controle) entre as equipes da FUNAI E

IDARON, para o acompanhamento da saúde animal do rebanho e também por ser zona de fronteira. Em 2012 foram realizadas mais três viagens de controle e observação. Em todas as aldeias existem 18 animais eqüinos, devidamente acompanhados e vacinados.

Articulação nos trabalhos de limpeza e conservação de carreadores de coletas de castanha já existente e limpeza de mais 45 km de carreadores para novos castanhais para ser explorados pelos índios, aumentando consideravelmente a produção de castanha. Trabalho articulado pelo CTL/AFO e realizado pela prefeitura através da SEMIE, sem custos para a FUNAI.

Atividade de coleta da castanha do Brasil durante os meses: dezembro /11 a abril / 12, toda a produção do ano foi de 78 toneladas. A produção foi comercializada a R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos) o kilo. Houve uma parceria significativa com a Secretaria Municipal de Agricultura de Alta Floresta D'Oeste - RO e a FUNAI, na logística de escoamento (transporte fluvial e terrestre). Os índios receberam os valores da venda do produto sem ter que retirar de seu lucro para pagar pelo transporte.

Produção e comercialização de café conilon na T.I., de 130 sacas de café beneficiadas, com apoio incondicional da Secretaria Municipal de Agricultura de AFO/RO e a FUNAI. Valor da saca vendido foi de R\$180,00 cada. Houve também dois cursos sobre a cultura do café, tratos culturais e noções básicas de plantio, podas, colheita e secagem natural do café. Em cada curso houve uma participação muito significativa de 18 participantes.

Produção e comercialização de 4.200 unidades de abacaxis, todo abacaxi foi comercializado em AFO/RO, com valor agregado de R\$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos) a unidade. Produção das aldeias; Bom Sossego e Bananeira. Todo o transporte foi realizado em parceria com a SEMAGRI/AFO/RO.

Produção e comercialização de banana maçã e banana da terra (fritar) produzida nas aldeias: Bom Sossego e Bananeira. Banana maçã: 6.300 kg, comercializada em AFO/RO, à R\$ 1,70 (um real e setenta centavos). Banana da terra: 3700 kg, comercializada em AFO/RO à R\$ 1,10 (um real e dez centavos). Todo o transporte foi executado em parceria com a SEMAGRI de AFO/RO.

Produção e comercialização de arroz, milho feijão da T.I. , sendo preservada a quantidade para o consumo familiar: Arroz comercializado: 370 sacas, sendo o valor alcançado de R\$ 26,00 (vinte e seis reais); Milho comercializado: 450 sacas, sendo o valor alcançado de R\$ 23,00 (vinte e três reais); Feijão comercializado: 160 sacas, sendo o valor alcançado de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais).

Terra Indígena Karitiana

Ampliação dos pomares individuais nas aldeias Central Karitiana, Joari, Bom Samaritano e Rio Candeias com a implantação de 6ha de Pomar (coco, tangerina, limão, ata, banana, graviola e goiaba). A meta foi comprometida devido a não descentralização de recursos CGETNO.

Ampliação da Criação de Galinha Caipira na aldeia Karitiana Central com a ampliação da criação de galinha caipira em 54 cabeças beneficiando 42 famílias. Foram adquiridos somente os bebedouros. Não houve a liberação de recursos em tempo hábil para executar a atividade.

Ampliação dos Pomares Individuais na aldeia Bom Samaritano com o cultivo de 2ha de pomar com fruteiras diversificadas (coco, tangerina, limão, ata, banana, graviola e goiaba). Foi repassado para a comunidade, as limas e o óleo 2 Tempos. O restante dos materiais não foi adquirido. Não houve a liberação de recursos CGETNO.

Apoio a Comercialização da Produção:

- Apoio na comercialização de 20 sacas de 60Kg de Castanha do Brasil, colhida pelas famílias dos senhores Francisco delegado e Lenildo Karitiana indígenas da aldeia Central da Terra Indígena Karitiana; Apoio na comercialização de 35 sacas de 60Kg de Castanha do Brasil, colhida pelas famílias do Roberro Karitiana e do Meireles Karitiana, na aldeia do Candeias.
- Apoio na comercialização 60 cachos de Banana Maçã do senhor Luiz Francisco Karitiana;
- Apoio na comercialização de 40 sacas de 60 Kg de Macacheira, cultivada pela família do Carlito Karitiana, na Terra Indígena Karitiana.

Ações realizadas em Parcerias Com o Governo do Estado de Rondônia

- Construção de 02 tanques de Piscicultura, cada unidade com 2.000m de lâmina d'água, na Aldeia Central Karitiana, para produção de peixe destinado a atender as necessidade alimentar do Povo Indígena Karitiana.
- Recuperação e alargamento do Ramal de acesso a Aldeia Central Karitiana.

Terra Indígena Karipuna

Produção Sustentável de Alimentos em Roças Tradicionais na aldeia Panorama com o cultivo de roça tradicional, com implantação de 04ha com novos cultivos e manutenção da roça antiga de 01ha, com produção de milho, mandioca, amendoim e cará, destinada a alimentação e produção de farinha para venda. Foi adquirido os facões, lima e sacaria, para o restante do material, não houve liberação de recursos em tempo hábil.

Cultivo de Café para geração de renda na aldeia Panorama com o cultivo de 0,2ha de café da variedade Conilon. Foram adquiridos os facões. Não houve liberação de recursos em tempo hábil para aquisição dos restantes dos materiais.

Ampliação dos Pomares Individuais na aldeia Kassupa /Salamae com a ampliação da área de pomar com fruteiras que se desenvolvem bem na região tais como: biribá, coco, limão, banana e laranja.

Foi adquirido as limas e a sacaria. O restante dos materiais não foi adquirido. Não houve a liberação de recursos CGETNO, previsto para a atividade em tempo hábil.

- Apoio na comercialização de 30 sacas de 60Kg de Castanha do Brasil, colhida pela família do Indígena Aripã, na Terra Indígena Karipuna.
- Apoio na comercialização 20 cachos de Banana da Terra (de fritar), cultivada pela família do indígena Manoel Wru Eu WAu Wau, na Terra Indígena Karipuna.

Eventuais problemas de execução

Por orientação da CGETNO a programação foi adequada ao limite orçamentário do ano anterior, ou seja, muito inferior à demanda apresentada pelas comunidades indígenas. Mesmo assim, estes recursos somente foram descentralizados na data de 02.12.2012, sem tempo para proceder ao processo de compras.

Problemas de execução/ motivo: O Governo de Rondônia forneceu somente sementes de feijão e a FUNAI não cumpriu sua parte prejudicando o plantio e a produção.

A produção de grãos no povo Zoró foi prejudicada devido ao não fornecimento de sementes por parte do Governo de Rondônia e a não liberação de recursos da CGETNO.

Dificuldade na comercialização de óleo de copaíba por falta de compradores e de preços compensadores.

Houve dificuldade no escoamento da produção de castanha devido à precariedade das estradas de acesso aos locais de coleta até as aldeias.

Para a comunidade Amondawa faltaram recursos humanos específicos para apoio e assistência; dificuldade no desenvolvimento dos trabalhos, pois recursos nunca chegam no momento certo; dificuldade de trabalho com as ONGS - Kanindê, dentro da T.I.; alcoolismo no entorno da reserva; e falta de manutenção dos serviços básicos da UJ e das CTLs.

Superações significativas das metas estabelecidas

Limpeza da estrada e coleta da castanha parcialmente realizada pelos indígenas, utilizando recursos próprios.

A CTL de Mirante da Serra desenvolveu as seguintes atividades complementares:

- Foram desenvolvidas atividades de manutenção de pátio da CTL e limpeza da aldeia.
- Desenvolvimento nos trabalhos de acessibilidade social, com deslocamento de indígena para receber auxílio maternidade, pensão, aposentadoria, bolsa família.
- Plantio de 100 pés de banana, próximo as casas, para atender o fortalecimento alimentar.
- Ampliação da casa cozinha e construção de 01 depósito medindo 5m x 9 m (inacabado).

- Apoio na construção das moradias dos indígenas, apoio dado no transporte de madeira serrada, transporte de materiais construção do município de Mirante da Serra e transporte de areias.
- Promoveu reunião com os políticos na aldeia em busca de recurso para comunidade.
- Ação na manutenção de 6 km de estrada, via de acesso para aldeia e maloca velha, esta ação se desenvolveu com o apoio da Prefeitura de Mirante da Serra.

Restos a pagar

O Controle de restos a pagar é de competência da CGETNO.

Outros aspectos

Os indígenas plantaram utilizando grãos e sementes tradicionais.

A UJ prestou apoio no transporte de indígenas para fazerem a coleta e transporte da produção dos castanhais até o mercado consumidor.

Há a necessidade de garantia de preços mínimos por parte do Governo Federal, para assegurar a coleta e comercialização regular de óleo de copaíba.

Gestão Ambiental Territorial Indígena - GATI

BRA 09/32 “GEF INDÍGENA”.

O GATI é o Projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena, ação executada pela Coordenação Geral de Gestão Ambiental – CGGAM por meio da Coordenação de projetos Ambientais COPAM, no âmbito da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável-DPDS da FUNAI em parceria com o PNUD, cujo objetivo do projeto é fortalecer as práticas indígenas de manejo, uso sustentável dos recursos naturais e conservação do patrimônio existente em seu território e a inclusão social dos indígenas, fortalecendo e dando visibilidades a contribuição das terras indígenas para a conservação da diversidade biológica e cultural das florestas e biomas brasileiros.

A Coordenação Regional tem Ji-Paraná tem em sua circunscrição a Terra Indígena Igarapé Lourdes, umas das envolvidas no Projeto GATI, cuja implantação do Projeto foi iniciada a partir das iniciativas do consultor para a região, com a realização de reuniões de esclarecimentos e eleição do Conselho deliberativo Paritário (CPD), cuja atribuição é se reunir periodicamente para elaborar os Planos Anuais no âmbito do Projeto, programar a aplicação dos recursos e promover a avaliação das atividades executadas ou em andamento. O CDP deve ainda prover o apoio político e estratégico ao projeto por meio da estrutura de conselho, cuja composição é de quatro membros de organizações indígenas, e quatro de representantes governamentais.

Em 2012 foram realizados três encontros sobre o Projeto GATI, no dia 18 do mês de setembro ocorreu um na SEDE da Coordenação Regional onde o consultor expos as diretrizes e objetivos do Projeto a indígenas lideranças, servidores e representantes das ONGS parceiras da FUNAI como IEB, Kanindé, COMIN, Pacto das Águas e do IFRO. O outro encontro se realizou entre os dias 24 e 27 de outubro na aldeia Ikolen da Terra Indígena Igarapé Lourdes, cujo objetivo fora esclarecer para a comunidade a abrangência e objetivo, reunião que contou com a presença de cerca de 100 pessoas entre convidados, no mesmo evento fora escolhido pela comunidade os membros indígenas do Comitê Paritário Deliberativo (CPD). O terceiro encontro do projeto aconteceu na tarde do dia 04 de dezembro cujo objetivo fora a posse dos conselheiros, que contou a presença do Senhor Marcus Apurinã, presidente da COIAB, e Miguel representante da CGGAM/FUNAI.

Os membros do CDP foram escolhidos de foram paritários entre indígenas e governo, de maneira que foram nomeados quatro indígenas, dois servidores da FUNAI, um do ICMBio, um do IBAMA, compondo o Conselho com oito membros e seus respectivos suplentes.

O projeto GATI representa, sobretudo, a consolidação de um processo de discussão, construção de conhecimentos e estabelecimentos acerca do uso sustentável dos recursos naturais dos territórios indígenas, envolvendo a comunidade em todo o processo de discussão e implantação, com poder deliberativo para que partilhe não só dos benefícios resultantes do processo, mais também da responsabilidade com ator inserido na gestão prática e teórica do seu território.

Para 2013 há perspectiva de iniciar as primeiras implementações das ações no âmbito do projeto, como elaboração do Plano de Ação e realização de oficinas de capacitação para os membros do Comitê.

4.1.3 - Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro 4.1.3.1 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
<i>Código</i>		2384				
<i>Descrição</i>		PROTEÇÃO SOCIAL DOS POVOS INDÍGENAS				
<i>Iniciativa</i>		Promover o acesso às políticas de proteção e promoção social dos povos indígenas, através da gestão compartilhada, articulação intersetorial com participação indígena e da adequação das políticas sociais do Estado-Brasileiro, considerando-se as especificidades étnico-culturais e territoriais e as perspectivas de gênero e geracional destes povos.				
<i>Unidade Responsável</i>		Coordenação Regional de Ji-Paraná				
<i>Unidade Orçamentária</i>		Fundação Nacional do Índio				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
<i>Dotação</i>		<i>Despesa</i>		<i>Restos a Pagar</i>		<i>Valores Pagos</i>
<i>Inicial</i>	<i>Final</i>	<i>Empenhada</i>	<i>Liquidada</i>	<i>Processados</i>	<i>Não Processados</i>	
		14.989.238	8.783.796		6.205.442	8.783.796
Metas do Exercício Para a Ação						
<i>Ordem</i>	<i>Descrição</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta Física</i>		<i>Meta Financeira</i>	
			<i>Prevista</i>	<i>Realizada</i>	<i>Prevista</i>	<i>Realizada</i>

4.1.3.2 Análise Crítica

As ações planejadas no plano de trabalho 2012, não chegaram a ser detalhadas para a descentralização orçamentária, razão da não existência de meta estabelecida. As descentralizações de recursos para a execução das atividades fins foram realizadas como emergenciais.

Cumprimento das metas

A meta 01 previa a realização de dois cursos: serragem de madeiras aproveitando árvores desvitalizadas para beneficiar os indígenas com a melhoria de suas casas e mobiliários como mesas, armários, camas, bancos cadeiras, sem ter que recorrer ao mercado; e de economia do lar (fabricação de sabão e amaciante) dois cursos. Também não foi possível apoiar as reuniões das Associações Panderej (Gavião), Arara, Panyjej (Zoró) e Uru Eu Wau Wau.

A meta 02 previa promover a acessibilidade aos direitos sociais e previdenciários através de atendimento nas CTLs e através de Mutirão para emissão de documentação básica, Erradicação de Registro de Nascimento Civil e Realização de Cadastro de Segurado Especial.

Atividades realizadas no atendimento aos direitos sociais:

- Recadastramentos dos beneficiários do Programa Bolsa Família das aldeias das T.I `s Rio Branco, Igarapé Lourdes, Uru Eu Wau Wau, para promoção a acessibilidade, com alcance elevado do nível de satisfação dos indígenas; e articulação para o desbloqueio de Benefício; Cadastro e recadastramento no CAD ÚNICO; Cadastros para o Bolsa Família e Atualização de Benefício para o povo Zoró;
- Promoção de uma reunião para tratar assuntos de Promoção Social, Proteção Territorial e Programas Básicos Ambientais, contemplados pelos empreendimentos da BR 429 e Usina Jirau.

As informações prestadas pelos palestrantes foram esclarecedoras para as comunidades participantes.

- Acompanhamento e encaminhamentos ao Banco, com desbloqueio de Cartão; Abertura de Conta; Recebimento de Salário Maternidade; Auxílio doença e Aposentadoria.
- Atendimentos Previdenciários, requerendo e acompanhando indígenas para entradas em benefícios tais como: Salário Maternidade, Pensão por Morte, Auxílio Doença, Aposentadoria por Idade Rural, Aposentadoria por Invalidez.
- Atendimentos Administrativos, emissão de RANI e Segunda Via; Emissão de Certidão de Óbito; Encaminhamento para Emissão de Certidão de Nascimento Civil; Emissão de Declaração de Residência; Abertura de Processos Administrativos para Alteração de Nome Indígena; Emissão de Certidão de Atividade Rural; Consultas Cadastrais; Plastificações; Xerox de Documentos Diversos; e Declaração de União Estável.
- Execução de projeto sobre drogas lícitas e ilícitas, como forma de intervenção em situações onde os indígenas da T.I Uru Eu Wau Wau vinham ingerindo bebidas alcoólicas, causando problemas diversos em suas aldeias. Este projeto teve como foco principal as etnias Uru Eu Wau Wau e Amondawa.
- Articulações com as instituições SEMAS de Ji Paraná. Alta Floresta D`Oeste, Jarú, Governador Jorge Teixeira, Mirante da Serra, Rondolândia/MT e as SEAS dos Estados de Mato Grosso e Rondônia, INSS, Bancos, SESAI, Prefeituras e Secretarias de Educação dos Estados e Município onde estão localizadas as T.I `s e CTL`s, buscando parcerias e um melhor atendimento a população indígena.
- Reunião e visitas in loco para preenchimento de cadastro, a fim de subsidiar a seleção das famílias que serão contempladas com o PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL - PNHR, bem como com o Projeto Técnico Social, que acompanha o Programa de Habitação. Foram preenchidos 60 cadastros e destes estão previsto a contemplação de 50 famílias.
- Acompanhamento a Justiça Eleitoral dos Estados de Rondônia e Mato Grosso para as entregas dos títulos Eleitorais nas aldeias das T.I `s Igarapé Lourdes e Zoró
- Realizou-se deslocamentos de indígenas das suas respectivas aldeias de origem aos municípios de Ji-Paraná, Cacoal, Pimenta Bueno, Governador Jorge Teixeira, Jarú, Mirante da Serra, Espigão D`Oeste, Alta Floresta D`Oeste para fins de acesso aos benefícios previdenciários.
- Apoio com fornecimento de combustível e veículo para o transporte de mercadorias e matérias em geral adquiridos pelos indígenas sem condições para os referido transportes.
- Participação no I Encontro Estadual dos Corredores Etnoambientais do Estado de Rondônia no período de 18 e 19/12/2012, onde foi discutido em torno da proposta do Decreto que institui a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Houve uma ampla participação dos representantes das etnias indígenas na defesa da Criação de uma secretaria específica para as comunidades tradicionais entre outras.
- Atendimento a solicitações para participação de acareação em inquérito policial, no município de Alta Floresta D'Oeste/RO, visando um acompanhamento e atendimento a indígenas em conflito com a lei.
- Realização e participação em reunião juntamente com representante indígena, Assistente Social da SESAI/Polo de Alta Floresta D'Oeste, sobre problemas existentes na T.I Rio Branco com casos de pessoas com deficiência e que não teve atendimento para viabilização de laudos e acesso a benefícios previdenciários, bem como atendimento diversos na saúde e atendimentos disponibilizados pela FUNAI e juntos traçamos objetivos a fim de solucionar problemas existentes.
- Realização e participação de reunião juntamente com o Coordenador Técnico Local de São Francisco do Guaporé/RO, onde prestamos esclarecimentos e orientamos indígenas da etnia Purubura, Migueleno, Cujubim e outras existentes na localidade, quanto a benefícios sociais e previdenciários e como acessa-los, bem como levantamos demandas de reconhecimentos étnicos.

- Participação de reuniões no Tribunal de Justiça de Rondônia e representantes dos Cartórios de Registro Civil, Secretário Adjunto da Secretaria do Estado de Assistência Social - SEAS, Secretaria de Saúde Indígena – SESAI, Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, Receita Federal, Secretaria do Estado de Educação – SEDUC, Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, Juiz do Tribunal de Justiça de Rondônia - TJ, teve como pauta a realização de mutirões nas áreas indígenas de Rondônia as quais foram provocadas pelo CNJ aos parceiros executores, onde se iniciou na T.I 7 de Setembro CR/Cacoal e terá continuidade nas demais terras indígenas no exercício de 2013.
- Entrega de cobertores doados pela Receita Federal de Cuiabá/MT á Coordenação Regional – FUNAI de Cuiabá, que encaminhou a CR de Ji-Paraná/RO, a todas as famílias indígenas da T.I Zoró, Karitiana e Karipuna bem como á indígenas da etnia Cassupa.
- Participação de reunião do coordenador da CR/JPR com o secretário da EMATER/RO onde tratou assuntos pendentes e firmou parcerias.
- Participação de reunião com Assistente Social da SESAI/polo base de Porto Velho/RO e servidores da CTL de Promoção Porto Velho, a fim de discutir o acesso dos indígenas as políticas sociais e previdenciárias, bem como meios para viabilizar um melhor atendimento a saúde pela SESAI.
- Viabilização de motorista, combustível e veículo a fim de apoiar reunião de planejamento participativo nas aldeias Serrinha e São Luiz, T.I Rio Branco, dando apoio aos técnicos que acompanhou o planejamento juntamente com a Associação Doá Txato.
- Realizou-se o deslocamento de representantes indígenas da T.I Rio Branco, Zoró, Igarapé Lourdes e Uru Eu Wau Wau, onde participaram de reunião com o Dr. Daniel Sampaio Cunha Procurador Federal no Ministério Público Federal de Ji-Paraná, onde apresentou-se trabalhos realizados com a comunidade indígena.
- Visitas as aldeias da T.I Igarapé Lourdes, Uru Eu Wau Wau e Rio Branco, onde conversamos com a comunidade e anotamos os problemas existentes quanto a documentação, previdência, saúde e outros, trazendo para CR e realizando os encaminhamentos que se fez necessário.
- Apoio técnico para APIZ promover seu fortalecimento institucional visando a gestão ambiental e territorial da T. I Zoró; as atividades do Projeto Wat Sut executado pela APIZ para fortalecer a cultura do povo Zoró através de seus artesanatos e a valorização dos trabalhos da mulher; Acompanhamento das ações de realização do diagnostico etnoambiental participativo da T.I Zoró, por meio do consorcio Garah Itxa executado pela Kaninde; Execução do projeto junto ao MDA que tem como objetivo principal capacitar lideranças indígenas do corredor Tupi Mondé através das oficinas e intercambio de experiência em manejo florestal comunitário; Apoio as atividades do Projeto Pacto das Águas executado pelo STR/Aripuanã/MT que visa a estruturação das cadeias produtivas da castanha-do-Brasil e seringa enquanto estratégia de gestão ambiental e territorial e alternativa de geração de renda; Acompanhamento a elaboração e execução do projeto para formação de estoque da castanha junto a CONAB/RO, que visa garantir preços dignos para os castanheiros Zoró e de outras etnias do corredor Tupi Mondé e oferecer uma alternância de geração de renda a atividade madeireira.
- Elaboração e execução do projeto de compra com doação simultânea de produtos da agricultura familiar e da merenda escolar Zoró junto a CONAB/RO, que visa valorizar os trabalhos das mulheres e a diversidade de suas rocas de toco e fornecer alimentos tradicionais e de qualidade nas escolas indígenas Zoró; Acompanhamento as atividades de monitoramento e vigilância da T.I Zoró por meio de parceria com a CGMT, APIZ, MPF e comunidades das aldeias Zoró com o objetivo de garantir a integridade do território do povo Zoró.
- Acompanhamento ao Banco para busca de informações para Desbloqueio de Cartão; Abertura de Conta; Recebimento de Salário para servidores indígenas das áreas de educação e saúde, apoio para encaminhamento aos bancos para recebimento de salário, salário maternidade, bolsa família, auxilio doença e aposentadoria para o povo Zoró.

- A CTL de Porto Velho realizou 143 atendimentos a indígena de diferentes etnias da região prestando os seguintes serviços: Deslocamento e Acompanhamento de aposentados para retirada de pecúlio, Cadastro de pessoa física, Deslocamento e Acompanhamento de indígenas para retirada de pecúlio (Sal. Maternidade, Aux. Doença), Deslocamento e Acompanhamento de indígenas para INSS, Emissão de registros, Emissão de certidão administrativa de nascimento, Emissão de certidão administrativa de nascimento 2º via.

Total de atendimentos in loco e em CTLsa.

Período	UJ	Sistema de Mutirão/visitas in loco	Total de Atendimentos
Janeiro	88	-	88
Fevereiro	114	-	114
Março	150	02	152
Anbril	175	-	175
Maio	253	180	433
Junho	196	166	362
Julho	268	204	472
Agosto	144	108	252
Setembro	236	143	379
Outubro	160	100	260
Novembro	183	196	379
Dezembro	172	500	672
Total	2139	1.599	3738

Planilha de informação de acesso aos benefícios sociais e previdenciários.

Mês	Nº de Salário Natalidade	Nº Aposentadoria Por Idade	Nº. Aposentadoria Por Invalidez	Nº Outros Benefícios (Especificar Abaixo)	TOTAL
Janeiro	3	0	1	0	2
Fevereiro	4	0	1	1	4
Março	8	0	2	2	8
Abril	7	4	1	2	10
Maio	7	2	1	1	9
Junho	15	1	2	1	15
Julho	13	1	0	2	11
Agosto	6	1	2	2	8
Setembro	11	1	1	2	12
Outubro	9	1	2	3	12
Novembro	3	0	1	1	3
Dezembro	5	3	0	0	6
TOTAL	91	14	14	17	134

A inserção no Programa Bolsa Família apresenta os seguintes números:

- Numero de Famílias Cadastradas no CAD. UNICO - 520
- Numero de Famílias Beneficiadas - 390

Planilha de informação de emissão de documentação básica aos indígenas.

Mês	Nº RANI Cadastrados	Nº RANI Emitidos	Nº. RCN	C.P.F.	Carteira de Identidade	Carteira de Trabalho	Foto 3x4
Janeiro	5	5	0	4	1	2	0
Fevereiro	11	11	3	13	4	9	0
Março	4	4	0	2	2	2	5
Abril	8	8	20	1	1	1	4

Maio	8	8	40	2	3	3	4
Junho	16	16	3	6	4	6	4
Julho	10	10	3	3	2	2	0
Agosto	9	9	25	4	1	2	0
Setembro	2	2	1	12	3	4	0
Outubro	5	5	5	3	1	6	0
Novembro	4	4	6	5	4	5	0
Dezembro	2	2	13	2	2	7	0
TOTAL	84	84	119	57	28	49	17

Eventuais problemas de execução

Os cursos da meta 01 não foram realizados em virtude da não descentralização de recursos previstos no plano de trabalho.

As atividades da meta 02 não foram realizadas devido a não descentralização dos recursos para apoiar a sua execução. Também, os mutirões não foram realizados pela indisponibilidade dos órgãos parceiros de assistência social dos estados e Município não poderem participar.

Superações significativas das metas estabelecidas

Participação dos indígenas da TI Rio Branco nos campeonatos amador municipal rural e de Futebol de Salão, mediante apoio com transporte, alimentação e material esportivo nas modalidades de futebol de campo, futsal de campo e vôlei, com jogos nas aldeias, através de parceria entre a Prefeitura e a CTL de Alta Floresta D'oeste no valor de vinte e seis mil reais para custear as despesas dos indígenas.

Restos a pagar

O Controle de restos a pagar é de competência da CGPDS.

Outros aspectos

4.1.4 - Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro 4.1.4.1 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
<i>Código</i>	20R7					
<i>Descrição</i>	PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS DE RECENTE CONTATO					
<i>Iniciativa</i>	Formular e implementar política de proteção e promoção aos povos indígenas de recente contato, bem como coordenar, monitorar e articular ações governamentais e da sociedade civil junto a esses povos.					
<i>Unidade Responsável</i>	Coordenação Regional de Ji-Paraná					
<i>Unidade Orçamentária</i>	Fundação Nacional do Índio					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
<i>Dotação</i>		<i>Despesa</i>		<i>Restos a Pagar</i>		<i>Valores Pagos</i>
<i>Inicial</i>	<i>Final</i>	<i>Empenhada</i>	<i>Liquidada</i>	<i>Processados</i>	<i>Não Processados</i>	
		848.282	561.248		287.034	561.248
Metas do Exercício Para a Ação						
<i>Ordem</i>	<i>Descrição</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta Física</i>		<i>Meta Financeira</i>	
			<i>Prevista</i>	<i>Realizada</i>	<i>Prevista</i>	<i>Realizada</i>

4.1.4.2 Análise Crítica

As ações planejadas no plano de trabalho 2012, não chegaram a ser detalhadas para a descentralização orçamentária, razão da não existência de meta estabelecida. As descentralizações de recursos para a execução das atividades fins foram realizadas como emergenciais.

Cumprimento das metas

Atividades realizadas pela Frente de Proteção Etnoambiental Madeirinha- Juruena na Terra Indígena Piripkura - Referência de N° 55 – TI Piripkura.

Referências de índios isolados e de recente contato sob jurisdição da Frente de Proteção

Referência N°	UF	Nome da Referência	Situação	Etnia	Terra Indígena
09	AM/PA	Rio Paruari	Em pesquisa	Desconhecida	
10	AM	Alto Cunumã	Em Pesquisa	Desconhecida	
55	MT	Piripikura	Recém-contatados	Tupi Kawahiva (Denominada Piripkura)	TI Piripkura
56	MT	Igarapé Boca da Mata	Em Pesquisa	Desconhecida	
57	MT	Médio Rio Branco	Em pesquisa	Desconhecida	TI Aripuanã
58	MT	Arara do Rio Branco	Em pesquisa	Desconhecida	TI Arara do Rio Branco.
59	MT	Kawahiva do Rio Pardo	Confirmada	Tupi Kawahiva	TI Kawahiva do Rio Pardo
60	MT	Igarapé Pacutinga	Em pesquisa	Desconhecida	
61	MT	Pontal	Em pesquisa	Desconhecida	TI Apiaká do Pontal e isolados
63	RO	Norte da TI Zoró	Em pesquisa		TI Zoró
73	PA	Serra do Cachimbo	Em pesquisa	Desconhecida	

A Frente de Proteção Etnoambiental Madeirinha-Juruena, conforme demonstrado acima tem sob sua jurisdição 10 Referências de índios isolados e uma referência de índios recém-contatados, os Piripkura. Nas quais desenvolve ações de proteção e promoção dos direitos desses índios, por meio de expedições de localização e monitoramento territorial, bem como de expedições de fiscalização e vigilância, visando a proteção do meio ambiente do patrimônio existente nessas terras indígenas.

Na Terra Indígena Kawahiva do Rio Pardo, na TI Piripkura e na TI Apiaka do Pontal e Isolados, a FPEMJ conta com equipes de servidores atuando permanentemente, desenvolvendo atividades de vigilância e fiscalização, expedições de localização dos índios isolados, bem como expedições de monitoramento para se avaliar o processo de ocupação territorial dos índios isolados já localizados. Sendo que nas TIs Piripikura e TI Kawahiva do Rio Pardo estão instaladas as bases avançadas de campo da FPEMJ, a partir desses locais são iniciadas as referidas expedições. Nas demais áreas com referência de índios isolados que estão sob a responsabilidade da FPEMJ e os trabalhos são realizados por meio de equipes móveis.

Ações de localização e monitoramento da ocupação Territorial dos índios piripkura

Na TI Piripkura, existe um Serviço de Proteção Etnoambiental - SEPE Piripkura que conta com uma equipe de servidores da FUNAI que atuam cotidianamente, esta equipe realiza em campo, na floresta, atividades de vigilância e fiscalização, bem como expedições terrestres e fluviais de monitoramento para se avaliar o processo de ocupação territorial dos índios Piripkura, de recente contato, e expedições de localização dos índios isolados.

Durante os trabalhos de campo parte da equipe que não esta realizando expedições, permanece na base do SEPE, realizando a vigilância da mesma e fazendo pequenas incursões de fiscalização na floresta, em locais próximos ao SEPE que permita o retorno do servidor aquele local no mesmo dia, realizam ainda os registros das atividades e são responsáveis pelos serviços de comunicação.

As atividades realizadas compreendem:

- Expedição às cabeceiras dos igarapés Garça, Panela e Duelo na Terra Indígena Piripkura para identificar área de ocupação dos índios Piripkura;
- Expedição às cabeceiras do igarapé Garçinha na Terra Indígena Piripkura em continuidade a expedição de localização acima mencionada com o propósito de identificar e monitorar área onde os Piripkura estavam ocupando naquela época do ano;
- Expedição de localização igarapé Garça na Terra Indígena Piripkura dando prosseguimento aos trabalhos de localização e monitoramento das áreas ocupadas pelos índios Piripkura de recente contato;
- Expedição de localização na Terra Indígena Piripkura, Igarapé Repartimento/Buritizal para localização e monitoramento de área ocupada pelos Piripkura, na região do Igarapé Repartimento/ Buritizal;
- Expedição de fiscalização na Estrada 180 e porção norte da Terra Indígena Piripikura para realizar trabalhos de fiscalização na Estrada 180, Fazenda Gloria, Fazenda Hermes Laudir, Coopercenter e Marinepar, visando atualizar as informações, notificar e registrar ato de irregularidade no interior da terra indígena;
- Expedição de fiscalização de Notificação da Portaria N° 1.264 de Restrição de Uso da Terra Indígena Piripkura, outubro de 2012, para fiscalização e fazer Notificação da nova Portaria de Restrição de Uso da FUNAI N° 1.264, Terra Indígena Piripkura.
- Fiscalização na porção norte da Terra Indígena Piripkura região da Coopercenter, para apurar a denuncia de grilagem de terra.

Atividades realizadas pela Frente de Proteção Etnoambiental Uru Eu Wau Wau.

Base Bananeiras - Município de Seringueiras realiza o monitoramento da TI garantindo o equilíbrio ambiental, a proteção territorial e assegurando a preservação física e cultural dos índios isolados.

Atividades de Vigilância e Proteção com 21 expedições realizadas:

Referência 49 - Vigilância Permanente na região sudeste e leste da terra indígena pelas vias terrestres que dão acesso a mesma pelo menos uma vez a cada 15 dias, e vigilância fluvial pelo Rio São Miguel, nas principais épocas de pesca e caça.

Referência 50 - Realizar uma incursão de vigilância ao mês na região nordeste da terra indígena, abrangendo a região da Serra da Onça, ao longo do Picadão de 43 quilômetros entre o Maço 25 e 26 e ao longo do Rio Urupá.

Atividades de Educação Etnoambiental com 01 expedição realizada:

Referências 48, 49, 50 e 51 - Levantamento das propriedades e das escolas ao longo do picadão com extensão de 66 km, compreendido entre o Marco 25 ao Marco 34, abrangendo os municípios de Alvorada D'Oeste, São Miguel do Guaporé, Seringueiras e São Francisco do Guaporé.

Atividades de Localização Geográfica e Monitoramento de Índios Isolados com 07 expedições realizadas:

Referência 49 - Realização de uma expedição na região adjacente a Serra da Porta para acompanhar da movimentação dos indígenas e na utilização de recursos naturais para o uso e sobrevivência, no mês de Novembro.

Referência 50 - Realização de expedições na região da Serra da Onça e Cabeceiras do Rio Muqui e Igarapé Vermelho para levantar vestígios de ocupação indígena, com a finalidade de dimensionar o espaço ocupado pelos índios conhecidos como Jurureí, nos meses de Junho, Julho e Agosto.

Referência 48 e 50 - Realização de expedições na região das cabeceiras do Igarapé Apitã varando para as cabeceiras do Rio São Miguel, para levantar vestígios de ocupação indígena.

Base Cautário - Município de Costa Marques realiza o monitoramento da TI garantindo o equilíbrio ambiental, a proteção territorial e assegurando a preservação física e cultural dos índios isolados.

Atividades de Vigilância e Proteção com 22 expedições realizadas:

Referência 48 - Vigilância permanente no Rio Cautário com a instalação da Base na Confluência do Igarapé do Vovô, incursão fluvial à foz do Igarapé São João do Branco a cada mês.

Referência 48 - Vigilância mensal em todas as vicinais de acesso a terra indígena ao longo do picadão de 65 quilômetros, entre os marcos 33 e 34, a partir do mês de maio, com a finalidade de combater atividades ilegais ou ilícitas, tais como, exploração madeireira, pesquisa mineral, caça e pesca; Atividades de Localização Geográfica e Monitoramento dos Índios Isolados com 04 expedições realizadas.

Referência 46 - Realização de uma expedição para localizar vestígio de índios isolados na região, no segundo semestre.

Atividades realizadas pela Frente de Proteção Etnoambiental Guaporé.

Conforme Portaria nº 1818, de 30/12/2011, estabelece que a CTL seja na cidade de Alta Floresta do Oeste-RO, administrativamente ligada a CR de Ji-Paraná e tem as seguintes referências e/ou Terras Indígenas sob a sua jurisdição:

Referência	Nome da Referência	Situação	Etnia	Terra Indígena
Nº 51	Massaco	Confirmada	Desconhecida (possivelmente Sirionó)	T.I. Massaco/RO
Nº 52	Akuntsun do Vale do Rio Omerê	Contatado	Akuntsun	T.I. Rio Omerê/RO
Nº 53	Índio do Buraco	Confirmada	Desconhecida	T.I. Tanaru/RO (restrição de uso)
Nº 54	Rio Tenente Marques	Não confirmada	Desconhecida (possivelmente Nambiquara)	Parque do Aripuanã/RO/MT
Nº 62	Kanoê do Vale do Rio Omerê	Contatado	Kanoê	T.I. Rio Omerê/RO
Nº 72	Rio Iquê	Não confirmada	Desconhecida	T.I. Enauwe-nauwe e PN Rio Iquê/MT

A Frente de Proteção Etnoambiental Guaporé (FPE Guaporé) é responsável pelas atividades de vigilância e fiscalização do território na proteção e promoção da população indígena isolada e recém contatada, com as seguintes ações em cada área:

T.I. Massaco: demarcada e regularizada, com superfície de 421.895 ha, localizada nos municípios de Alta Floresta do Oeste e São Francisco do Guaporé-RO. Concluído o levantamento de localização geográfica e etnográfica da ocupação de um grupo indígena em situação de isolamento voluntário possivelmente da etnia Sirionó. A FPE Guaporé desenvolve atividades de vigilância e fiscalização do território e monitoramento de ocupação deste grupo, com coleta de informações etnográficas, seus hábitos, seu território de ocupação e possíveis ameaças e/ou a vulnerabilidade que possam colocar em risco a sobrevivência. Garantindo a proteção física e cultural do grupo.

T.I. Rio Omerê: demarcada e homologada, com superfície de 26.177 ha, localizada nos municípios de Corumbiara e Chupinguaia - RO. Vivem na área dois grupos indígenas contatados em 1995 pela FUNAI, considerados de recente contato, da etnia Kanoê e Akuntsú, somando um total de 08 indígenas. No interior da T.I. ainda conta com a presença de dois moradores não-índios e mais de 2.500 cabeças de gado. O trabalho da Frente é em promover e desenvolver a promoção aos direitos dos indígenas, respeitando seus hábitos, crenças e culturas tradicionais para garantir a proteção física e cultural dos grupos. Com apoio a equipe de saúde, também atendendo uma demanda da população com fornecimento de alimentos no complemento alimentar nos períodos mais críticos de saúde e recentemente a implantação de tanques de criação de peixe.

T.I. Tanaru: área interdita com restrição de uso e ingresso, com superfície de 8.070 ha, localizada nos municípios de Pimenteiras, Parecis, Alto Alegre e Chupinguaia - RO. Vive na área

um único sobrevivente de um povo, de etnia desconhecida, em situação de isolamento voluntário. São realizadas expedições mensais pela equipe da Base Omerê com atividades de monitoramento de ocupação, levantamento etnográfico, atividades de vigilância e fiscalização do território e entorno, para garantir a proteção física do único sobrevivente.

Referências 54 e 72: são áreas com informações da presença de índios isolados, de etnias desconhecidas, que ainda precisam ser confirmadas. Para tanto, ali são desenvolvidas expedições terrestres no interior da mata e sobrevoos para o reconhecimento da região e localização da presença dos grupos.

Para desenvolver as atividades a FPE Guaporé conta com instalações e estrutura identificadas como Bases. Uma Base na T.I. Massaco (Base Massaco) e outra Base na T.I. Rio Omerê (Base Omerê), com presença permanente de uma equipe em cada Base. Nas demais áreas de atuação não contamos com estruturas e equipes permanentes. Na T.I. Tanaru há uma estrutura de apoio à equipe durante as atividades mensais na área.

Abaixo apresentamos as atividades por T.I. e/ou referência, por área de ação, desenvolvidos pela Frente no período de 2012. Relação dos relatórios de cada T.I. elaborados pela Frente e encaminhados a CGIIRC. Caso necessário a integra dos relatórios, estes devem ser solicitados a CGIIRC.

Atividades Realizadas na Terra Indígena Massaco (Referência Nº 51): 06 expedições de Vigilância e fiscalização nas linhas (estradas) 95, 100, 110, 115, 120 e 125; 04 expedições de Vigilância e fiscalização no rio Colorado e Terebinto; 06 expedições de Vigilância e fiscalização na linha 90, 85 e marco SAT 267; 05 expedições de Vigilância e fiscalização no marco 268, Ig Descampado e limite sul da T.I. Rio Branco; 02 expedições de Vigilância e fiscalização ao longo do rio Branco até sua foz, foz do rio Baía Rica, lado Oeste da T.I. Massaco; 01 expedição de Vigilância no interior da área no local identificado como “braquiária”, ponto de lançamento de material não identificado; 01 mutirão de Limpeza com roçagem de 5,5km do picadão do limite entre o marco SAT 268 ao SAT 267; Permanência da equipe na Base com manutenção das instalações; 02 expedições de monitoramento de índios isolados; Abertura de 18 km de picada da Base até o Ig. Sete Voltas para facilitar o trabalho de deslocamento da equipe para expedição e limpeza da mesma; Educação de conscientização Etnoambiental com a população do entorno; Sobrevoos nos limites da T.I. Rio Branco e Massaco e monitoramento de índios isolados; Apoio e acompanhamento aos técnicos Tarcísio, Carlos e Libério num levantamento de informações e identificação de flora e fauna para subsidiar o Termo de referência, em dois períodos; Contatos com o ICMbio na participação do conselho deliberativo da REBIO Guaporé, sobre posta a T.I. Massaco; Contatos com a equipe de fiscalização da SEDAM para atividades em conjunto no entorno da T.I. Massaco; Solicitação e contato com o SIPAM no fornecimento de informações imagens de satélite sobre o registro de focos de queimada no interior da T.I. Massaco; Contatos com a empresa Eletrobrás para instalação de energia elétrica na Base Massaco, dentro do programa luz para todos; Apoio com veículo e servidor no transporte dos indígenas da T.I. Rio Branco para a CR na formação do Comitê Regional; e Atividades administrativas, registros de informações, manutenção de equipamentos e logística para deslocamento de servidores e abastecimento da Base Massaco.

Atividades realizadas na Terra Indígena Rio Omerê (Referência Nº 52 E 62): 11 expedições de vigilância e fiscalização nos limites com as fazendas São Sebastião e São José, limite Norte e Nordeste e interior da T.I. Rio Omerê; 07 expedições de vigilância e fiscalização nos limites com as fazendas Convento, Santa Inês e Santa Maria, lado Leste e Sudeste da T.I. Rio Omerê; 04 expedições de vigilância e fiscalização nos limites com as fazendas São José do Jacuri, D^a Olga e Juliana, limite Sudoeste, Oeste e Noroeste da T.I.; Permanência da equipe na Base com manutenção das instalações; 03 atividades de educação Etnoambiental com a população do entorno; Permanente apoio ao atendimento a saúde dos indígenas e equipe da SESAI; Permanente apoio e promoção às atividades tradicionais dos indígenas: na abertura de roças e construção de moradia e limpeza de

acessos as aldeias; Instalação de projeto de piscicultura; Construção de um alojamento para melhorias da equipe na Base; Sustentabilidade física com a presença dos indígenas da aldeia Mequéns e Rio Branco; Sustentabilidade física com a presença dos indígenas da aldeia Ricardo franco; Reforma de pontes e estrada de acesso com apoio da Prefeitura de Corumbiara e empresa Absoluta; Acompanhamento da equipe da Eletrobrás no levantamento de topografia para instalação da linha de energia até a Base Omerê; Acompanhamento da equipe de educação de Brasília na elaboração de um projeto de educação Etnoambiental com a população do entorno; Acompanhamento da equipe do MPF em visita a T.i. Rio Omerê; Acompanhar os índios Kanoê numa festa tradicional na aldeia dos índios Aykanã; Acompanhamento da equipe da empresa Agrar e Absoluta na implantação das obras e aquisição de materiais do projeto de compensação das linhas de transmissão; Acompanhamento e deslocamento do servidor, Luís Antonio Amaral, da FPE Uru-Eu-Wau-Wau para elaboração do projeto de piscicultura; e Atividades administrativas, registros de informações, manutenção de equipamentos e logística para deslocamento de servidores e abastecimento da Base Omerê.

Nenhuma atividade de exploração de recursos naturais ou de danos ambientais foi registrada no interior da T.I. Rio Omerê. Somente foi registrado a presença de não-índio no interior da área com atividades de criação de gado, aguardando o processo de extrusão para ano de 2013Os índios não tiveram problemas graves de saúde. Somente o menino Kanoê apresentou uma feridade leishmaniose e foi tratado.

Atividades realizadas na Terra Indígena Tanaru (Referência Nº 53): realizada 04 Atividades de vigilância e fiscalização do limite da T.I. Tanaru; 04 Expedições de monitoramento de ocupação do índio isolado; 06 atividades de Manutenção do acampamento de apoio e acesso; Notificação dos fazendeiros envolvidos na restrição de uso e órgãos ambientais sobre a publicação de prorrogação da portaria; e A presença dos indígenas das etnias Akuntsú, Kanoê, Aikanã, Jabuti e Sakirabiar junto as atividades da Frente na T.I. Tanaru

Não registramos nenhum vestígio de atividades ilícitas ou de danos ambientais na Área de Restrição de Uso Tanaru. O índio mantém ocupação e aparentemente se encontra bem de saúde, pelos vestígios encontrados, vem desenvolvendo atividades de caça e coleta tradicional.

Atividades realizadas na Referência de Nº 54 Tenente Marques: Sobrevoos no reconhecimento da região entre o rio Eugenia e Tenente Marques e levantamento da presença de índios isolados.

Restos a pagar

O Controle de restos a pagar é de competência da CGIIRC.

Outros aspectos

Para realizar os trabalhos de campo nas referências acima identificadas a FPEMJ conta diretamente com o apoio administrativo de duas Coordenações Regionais - CR, a CR de Cuiabá e a CR de Ji Paraná, esta última no apoio as atividades que acontecem na TI Piripkura, Referência 55, localizada nos municípios de Colniza (MT) e Rondolândia (MT). A opção de se trabalhar com a CR de Ji Paraná (RO), se justifica pela proximidade da TI Piripkura a cidade de Ji Paraná (RO), o que facilita o acesso a mencionada TI, sendo possível chegar ao Serviço de Proteção Etnoambiental – SEPE Piripkura em até 6 horas.

Outras atividades da FPE Guaporé: Deslocamentos do Coordenador e da Agente em Indigenismo até a CR de Ji-Paraná para apoio operacional e encaminhamentos administrativos relacionados à Frente. 03 deslocamentos com custos pela UG da FUNAI; 6 deslocamentos com custos pela UG da renda Indígena; Participação da formação do comitê regional. Período de 17 a 18 de abril de 2012; Participação de oficina de planejamento e política indigenista em Brasília. Período de De 12 a 15 de março de 2012; Participação no curso de ambientalização dos servidores em Brasília. Período de 17 a 22 de setembro de 2012; Participação do planejamento orçamentário e ações da FUNAI em

Brasília. Período de 26/11 a 01 dezembro de 2012; Deslocamento do coordenador até Manaus para apoio a Frente Waimiri Atroari. Período de 09 a 13 de junho de 2013; Deslocamento do Coordenador a Porto Velho para troca e receber equipamentos do SIPAM. Período de 30/10 a 01 de novembro de 2012; Participação de reunião entre servidores da FPE Uru-Eu-Wau-Wau e Madeirinha e servidores da CR de Ji-Paraná com equipe de servidores da EMBRAPA de PVH para discutir métodos de implantação do estudo faunístico da T.I. Massaco. Período de 26 a 30 de março de 2012.

4.1.5 - Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro 4.1.5.1 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
<i>Código</i>	2713					
<i>Descrição</i>	FOMENTO E VALORIZAÇÃO DOS PROCESSOS EDUCATIVOS DOS POVOS INDÍGENAS					
<i>Iniciativa</i>	Promover ações institucionais e a participação dos povos indígenas na elaboração, implementação e acompanhamento das políticas públicas de educação em todos os níveis com vistas à valorização de suas culturas, línguas, conhecimento tradicionais e promoção da autonomia e a sustentabilidade dos povos indígenas.					
<i>Unidade Responsável</i>	Coordenação Regional de Ji-Paraná					
<i>Unidade Orçamentária</i>	Fundação Nacional do Índio					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
<i>Dotação</i>		<i>Despesa</i>		<i>Restos a Pagar</i>		<i>Valores Pagos</i>
<i>Inicial</i>	<i>Final</i>	<i>Empenhada</i>	<i>Liquidada</i>	<i>Processados</i>	<i>Não Processados</i>	
		4.987.616	4.343.641		643.975	4.337.341
Metas do Exercício Para a Ação						
<i>Ordem</i>	<i>Descrição</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta Física</i>		<i>Meta Financeira</i>	
			<i>Prevista</i>	<i>Realizada</i>	<i>Prevista</i>	<i>Realizada</i>

4.1.5.2 Análise Crítica

As ações planejadas no plano de trabalho 2012, não chegaram a ser detalhadas para a descentralização orçamentária, razão da não existência de meta estabelecida. As descentralizações de recursos para a execução das atividades fins foram realizadas como emergenciais.

Cumprimento das metas

Realizado o I Encontro de Valorização dos Estudantes e professores Indígenas da Terra Indígena Rio Branco: Discussão, Reflexão, análise da situação da Educação Indígena nas Escolas Indígenas de alta Floresta do Oeste.

Apoio logístico para 20 indígenas participarem da Reunião do NEIRO, Sobre Criação do Conselho de Educação Indígena do estado de Rondônia; Participação na reunião do NEIRO, no período de 19 a 20 de dezembro de 2012. Tema da Reunião Educação Indígena Em Movimento Para Criação do conselho Estadual de Educação Indígena de RO, realizada no Auditório da SEDUC de Ji-Paraná-RO.

Realizado o I Encontro de Mulheres Indígenas de Alta Floresta do Oeste, com participação de 70 mulheres, conforme consta no relatório do evento. Na realização houve as parcerias da SEDUC de Alta Floresta do Oeste, SEAS, secretaria de assistência social de Alta Floresta, Prefeitura de Alta Floresta, FEROM (Federação das Mulheres de Rondônia), contribuindo com palestrante, oficinas. Houve apoio do coordenador Técnico Local de AFO.

Participação na Reunião do NEIRO, realizada na Câmara Municipal de Ji-Paraná, no dia 04 de janeiro de 2012, tendo como pauta: eleição da nova coordenação do NEIRO, avaliação da gestão que se encerra, discussão sobre a Política Indigenista e o papel do professor indígena neste cenário. Participação no Seminário sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, no período de 05 a 07 de dezembro de 2012, no Auditório do Aquário selva Hotel em Porto velho-RO, em Porto Velho, realizado pelo Conselho Estadual de Educação de Rondônia.

Apoio aos indígenas do PROESI 3º Grau Indígena, Jair Zoró, Francisco Zoró e Edimilson Zoró, envolvendo recurso financeiro para deslocamento dos cursistas na Etapa de Estudos Presenciais da UNEMAT. O custeio foi para atender o deslocamento dos três estudantes e de seus respectivos acompanhantes, para participação da etapa final e formatura.

Participação no período de 27 A 28.02 2012, de reunião de esclarecimento e execução do diagnóstico do TEE, na aldeia trincheira, juntamente com a técnica da REN/SEDUC Coordenadora pedagógica Maria Alice.

Acompanhamento, monitoramento e avaliação educacional junto com os técnicos da SEDUC/REN Jaru e também participar de reunião sobre questionamento referentes ao diagnóstico do território Etnoeducacional, no Período de 28 de março a 05 de abril de 2012, nas aldeias do povo Amondawa, localizada no município de Mirante da Serra, aldeia do Povo Uru Eu Wau Wau, da Lionha 623, 621, aldeia Jamari, aldeia Alto Jamari, localizadas no município de Governador jorge Teixeira , Aldeia Alto Jaru e aldeia Nova, localizadas no município de Jaru.

Acompanhar, avaliar, fazer monitoramento, educacional, bem como participar em parceria com a SEDUC, REN de Extrema de trabalho sobre a Educação também participar de reuniões de esclarecimento sobre os questionamentos do Diagnóstico do Território Etnoeducacional, no período de 23 a 29/04/2012, no Distrito de Extrema e às aldeias indígenas do Povo Kaxarari, sendo sete aldeias: Aldeia Pedreira, aldeia Paxiuba, aldeia Barrinha, aldeia Central, aldeia Nova, aldeia Buriti, aldeia Marmelinho e ainda deslocamento a Vila Marmelinho, próximo a BR, lugar onde residem vários indígenas Kaxarari que residem na cidade.

Realização de Palestra Sobre o dia do Índio na Escola Estadual de Ensino Fundamental Cora Coralina, para 50 estudantes do ensino fundamental sobre o Modo de Viver dos Indígenas. O Indígena Pedro Parintintin, acompanhou a professora Cleide Bezerra na palestra e o mesmo teve uma participação ativa.

Palestra Sobre a Cultura Indígena e as modificações ocorridas e o que é a cultura indígena, porque é uma cultura diferente, o que tem de igual e diferente. Palestra efetuada na Escola Adventista do Sétimo Dia, pela parte da manhã, na capela da escola, com atendimento de uns 100 alunos. Exposição de fotografias, artesanatos e apresentação do vídeo vida interativa na aldeia, feito pelo indígena Sebastião Gavião.

No período de 10 e 11 de fevereiro de 2012-Participação das servidoras: Cleide Bezerra e Lígia Neiva no I Encontro Temático: Gênero, educação e Povos Indígenas. Realizado pela Fundação Universidade Federal de Rondônia - Coordenação do Curso Intercultural.

Nos dias 20 e 21 de abril de 2012, a servidora Cleide Bezerra participou do Encontro Intercultural IFRO (Instituto Federal de Rondônia); Em 23.05.2012- Participação da servidora Cleide Bezerra da Palestra Sustentabilidade nos Negócios. Realização SEBRAE -Ji-Paraná; Em 23.05.2012, Participação da servidora Cleide Bezerra no I seminário Desafios para a Educação do século XXI- Currículo Uma Identidade Cultural. Realizado pela UNIJIPA (Universidade de Ji-Paraná), Pelos acadêmicos do último período do Curso de Pedagogia; Em 02.09.2012, participação da servidora Cleide Bezerra, no curso de Projetos Para Captação de Recursos. Realização SEBRAE- Cacoal.

Apoio a gestão administrativa ao projeto junto ao MEC / FNDE, de formação continuada para os professores Zoró que visa promover as políticas públicas de educação por meio da formação continuada dos professores indígenas e gestores dos conselhos escolar.

Consultas sobre os contratos de trabalho junto a SEDUC E SEMEC, Consultas, orientações e apoio técnico na gestão dos conselhos de educação das escolas municipais e estaduais, orientação e encaminhamentos de preenchimento das frequências escolares para o Programa Bolsa Família, folhas de ponto, Articulação, planejamento e apoio técnico para execução de oficinas pedagógicas e assessoria aos professores indígenas. Apoio na gestão do PDDE e PDE.

Os Conselhos das escolas Zoró junto a FUNAI articulados pela APIZ vem empreendeu esforços para promover o magistério indígena para os professores das escolas das aldeias no atendimento a 1ª fase do Ensino Fundamental . Após enviar propostas ao MEC e SEDUC-MT do projeto denominado “Tupi Mondé”, este que foi acatado pela SEDUC que elaborou uma proposta baseada na demanda apresentada, a qual estará sendo executada sua 1ª etapa ainda no 10 trimestre de 2013, que será modular e atenderá 20 professores Zoró e 10 Suruí de Rondolândia. O curso será ministrado dentro da Terra Indígena e cada etapa terá a duração de 30 a 45 dias, e sua conclusão em 03 anos.

Com o apoio da SEMEC e Prefeitura de Rondolândia foi viabilizado pelo MEC dois microônibus com tração 4x4 para atendimento das aldeias localizadas na linha da fazenda Castanhal e Pacarana, além de uma lancha para as atividades ribeirinhas, onde pretende-se fortalecer as ações de educação ambiental e monitoramento do rio Branco os alunos, professores e comunidade escolar da Aldeia Escola Zawã Karej Panyjeje.

Atuação e apoio técnico na orientação dos professores e das mulheres na organização e recebimento dos produtos da Doação Simultânea na merenda escolar estimulando o uso deste contexto nas atividades didáticas das salas de aula, bem como falar da importância do programa para garantia da segurança alimentar dos alunos.

Bolsistas que estão estudando nas Faculdades Particulares que receberam recurso no primeiro semestre e não receberam recurso no segundo semestre.

Nº	Acadêmico	Curso /Faculdade	
01	Maria José Telles Sabino Kaxinawa	8º Período de Licenciatura em Biologia -ULBRA -	Retornado este ano de 2012, pois em 2011, teve que trancar, ficou de licença médica devida gravidez de alto risco de gêmeas.
02	Assis Y. Cherembombal Gavião	7º período do Curso de Bacharelado em Biologia – ULBRA	Retornado este ano de 2012, pois em 2011 teve que trancar, pois ficou de licença médica, sofreu acidente quebrou a perna e ficou com a perna cheia de ferro e em seguida sua filha pequena morreu com problemas diversos.
03-	Marilena Payryna Karitiana	7º período de Enfermagem- FARO /PVH	Este ano vai para o 8º período e pagar umas disciplinas do 7º período que ficou devendo.
04-	Elivar Karitiana	9º período Florestal na FARO/PVH	Este ano vai curar o 10º período e pagar umas disciplinas do 9º período que ficou devendo

Eventuais problemas de execução

A escassez de recursos disponibilizados ao setor de educação durante o ano de 2012, juntando-se isso a falta de recurso humano, de material e de apoio logístico e infra-estrutura do próprio órgão, de equipamentos de informática, tinta para a impressora, cassez de papel e muitos outros fatores internos e externos, materiais e imateriais comprometeram o desempenho da atividade.

4.1.6 - Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro 4.1.6.1 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

<i>Identificação da Ação</i>	
<i>Código</i>	148B
<i>Descrição</i>	ADEQUAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES DA FUNAI
<i>Iniciativa</i>	Melhoria e ampliação da capacidade de execução e de prestação de serviços da FUNAI.
<i>Unidade Responsável</i>	Coordenação Regional de Ji-Paraná

<i>Unidade Orçamentária</i>		<i>Fundação Nacional do Índio</i>				
<i>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</i>						
<i>Dotação</i>		<i>Despesa</i>		<i>Restos a Pagar</i>		<i>Valores Pagos</i>
<i>Inicial</i>	<i>Final</i>	<i>Empenhada</i>	<i>Liquidada</i>	<i>Processados</i>	<i>Não Processados</i>	
		2.695.446	262.267		2.433.179	262.267
<i>Metas do Exercício Para a Ação</i>						
<i>Ordem</i>	<i>Descrição</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta Física</i>		<i>Meta Financeira</i>	
			<i>Prevista</i>	<i>Realizada</i>	<i>Prevista</i>	<i>Realizada</i>

4.1.6.2 Análise Crítica

As ações planejadas no plano de trabalho 2012, não chegaram a ser detalhadas para a descentralização orçamentária, razão da não existência de meta estabelecida. As descentralizações de recursos para a execução das atividades fins foram realizadas como emergenciais.

Cumprimento das metas

O inacabado processo de reestruturação da FUNAI iniciado em 2009 ainda se encontrava presente na Coordenação Regional de Ji-Paraná, principalmente no que toca a instalação, estruturação e operacionalização de 60% das Coordenações Técnicas Locais, comprometendo as ações finalísticas e organização da estrutura administrativa relacionada a espaço físico, pessoal qualificado e estrutura de postos de serviço. Para agravar esse cenário foi um ano de contingenciamento orçamentário, onde o processo de planejamento em voga na instituição desde o exercício anterior não conseguiu avançar na definição do que fazer, como fazer e quando fazer.

A partir do segundo semestre o processo de adequação da estrutura organizacional na o Órgão Central da FUNAI por conta da publicação do Regimento Interno dificultou a comunicação da UJ, visto que o atendimento as demandas orçamentárias encontraram novos impedimentos para sua efetivação, visto a necessidade do estabelecimento de novos critérios para as cadeias dos processos administrativos, gerando uma situação de fragilidade para a UJ pela impossibilidade no atendimento das demandas das populações indígenas.

O Comitê Regional foi instalado, aprovou seu Regimento Interno e realizou uma reunião de seus membros para tratar de situação referente a identificação e delimitação de terras indígenas com a Coordenadora Geral de Identificação e Delimitação de Territórios Indígenas da FUNAI. Também, o Núcleo Diretivo do Comitê Regional teve papel ativo, participativo e paritário no processo de construção do Plano de Trabalho 2013. Contudo, verifica-se que a capacitação dos membros do colegiado é uma necessidade premente, mas que infelizmente não se materializou durante o exercício em análise.

Dentre outras, a estrutura administrativa da CR e das CTL desenvolveram as seguintes atividades:

- Elaboração do Relatório de Gestão 2011 e Plano de Trabalho - PAT 2012, respectivamente apresentados ao Tribunal de Contas da União – TCU-DF e FUNAI-DF, respectivamente;
- Programação, organização, realização e logística para a Assembleia Geral Extraordinária de Instalação do Comitê Regional de Ji-Paraná (RO), instituído pela Portaria nº 891 / PRES / FUNAI, de 13 de junho de 2011, que ocorreu nos dias 17 e 18 de abril de 2012, na qual foi realizada a posse dos membros titulares e suplentes e a aprovação do regimento interno do Comitê Regional, dentre outros assuntos; também da 1ª Reunião Extraordinária do Comitê Regional da CR / FUNAI / JPR, onde foram debatidos assuntos referentes às reivindicações fundiárias no Estado de Rondônia nas áreas jurisdicionadas à Coordenação Regional de Ji-Paraná (RO), com a participação da Coordenadora Geral de Identificação e Delimitação (CGID) e outras Coordenações Gerais, lideranças indígenas, Ministério Público Federal, CIMI, e outros parceiros, com o objetivo de pactuar as ações da CGID para o período de 2012 a 2015; e das atividades do Núcleo Diretivo do Comitê Regional;

- Funcionamento do processo de compras pelo sistema de Pregão da unidade, pelos servidores João Francisco dos Anjos, Maria de Nazaré Torres Soares e Renan Orleti, com realização de 28 (vinte e oito) procedimentos licitatórios nesse período, sendo 26 (vinte e seis) Pregões Eletrônicos Tradicionais e 02 (dois) Pregões pelo Sistema de Registro de Preços – SRP, para a UG 190004 – Coordenação Regional de Ji-Paraná (RO) e UG 194251 – Renda do Patrimônio Indígena;
- Atendimento as Solicitações de Auditoria formuladas pela Controladoria Geral da União – CGU e pela Auditoria Interna - AUDIN/FUNAI, este último referente ao Relatório de Auditoria nº 003/AUDINT/2010, Processo nº 08620.000.569/2012-DV, encaminhado à Auditora Chefe da FUNAI/BSB, bem como realização de acompanhamento por ocasião da Auditoria Interna realizada na unidade no mês de agosto de 2012 e consultas rotineiras;
- Formalização, organização, execução e fiscalização dos Contratos administrativos, a saber: Contrato nº 276/2011 – Empresa Elvis Dias de Souza, referente o fornecimento de lubrificantes, para atender os veículos, motores e outros desta Coordenação Regional de Ji-Paraná (RO) e Frentes de Proteção Etnoambiental jurisdicionadas; Contrato nº 236/2011 – Empresa J.M.R. de Moura Ltda, referente a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica, com fornecimento de peças para os veículos pertencentes à frota oficial desta Coordenação Regional de Ji-Paraná (RO) e unidades jurisdicionadas; Contrato nº 241/2011 – Empresa Pemaza S/A, referente ao fornecimento de pneus para atender a esta Coordenação Regional de Ji-Paraná (RO) e Frentes de Proteção Etnoambiental jurisdicionadas; Contrato nº 239/2011 – Empresa Comercial E&R Auto Peças Ltda - EPP, referente ao fornecimento de pneus para atender a esta Coordenação Regional de Ji-Paraná (RO) e Frentes de Proteção Etnoambiental jurisdicionadas; Contrato nº 242/2011 – Empresa Fox Pneus Ltda, referente ao fornecimento de pneus para atender a esta Coordenação Regional de Ji-Paraná (RO) e Frentes de Proteção Etnoambiental jurisdicionadas; e Contrato nº 243/2011 – Empresa Distribuidora Veicular Ltda, referente ao fornecimento de pneus para atender a esta Coordenação Regional de Ji-Paraná (RO) e Frentes de Proteção Etnoambiental jurisdicionadas, dentre outros;
- Apoio ao Gabinete da Coordenação Regional nas atividades relacionadas ao deslocamento de servidores e indígenas em trânsito para outros locais do país, por ocasião da participação dos mesmos em eventos, seminários, capacitações, reuniões e outros; e na elaboração de planilhas de custos para reuniões, eventos, aquisição de materiais, equipamentos e demais situações relacionadas ao cumprimento das responsabilidades institucionais da Coordenação Regional;
- Apoio às Coordenações Técnicas Locais e às 03 (três) Frentes de Proteção Etnoambiental que atuam na região (FPEA Madeirinha, FPEA Uru-Eu-Wau-Wau e FPEA Guaporé), principalmente no que diz respeito a questões administrativas e gestão orçamentária e financeira;
- Apoio ao SEAD na expedição, acompanhamento e publicação dos contratos e demais atividades ligadas à administração da unidade, dentre outras;

A CTL de Alta Floresta D’oeste realizou, dentre outras, a seguintes atividades:

- Articulação entre MME / ELETRONORTE / ELETROBRAS e IBAMA - com o objetivo de levar energia às comunidades indígenas das aldeias de acesso terrestre, que são: Bom Jesus, Arará, São Luiz, Paraíso, Samba, Marcos, Barranco Alto, Barreiro das Araras, Boa Esperança, Morada Nova, Terra Nova, Serrinha, Trindade, Terra Boa, Bom Sossego, Bananeira, Jatobá e Tucumã. No final do mês de outubro todas essas aldeias estavam energizadas. Fora necessário uma rede de 50 km de extensão para levar a energia em todas elas. Sendo rede bifásica até a aldeia Serrinha, cerca de 30 km, e uma rede monofásica da aldeia Serrinha até a aldeia Tucumã com uma extensão de 20 km. Contemplando 178 residências, e uma população de 535 indígenas, através do Programa Luz Para Todos, do governo federal.
- Articulação junto ao MME / ELETRONORTE e ELETROBRAS - para a elaboração dos projetos de energia mista: termelétrica e placa solar, nas demais aldeias de acesso fluvial, que são: Nazaré, Colorado, Encrenca, Castilho, Cajuí I, Cajuí, Estaleiro, Poção, Morro Pelado e

Formigueiro. Após várias visitas dos técnicos da Eletronorte e da Eletrobrás, nas referidas aldeias, os projetos estão elaborados e prontos para a licitação no MME e na Eletrobrás em 2.013. Atualmente estamos aguardando os levantamentos do restante das comunidades de Rondônia, chamadas isoladas, pelo Programa Luz Para Todos. Após a conclusão dos projetos das demais comunidades, serão todos enviados para o MME para a licitação, não tem data prevista, pois a Eletrobrás esta com poucos técnicos para as visitas em todas as comunidades do estado, e obviamente para a elaboração dos projetos.

- Parceria entre a Secretaria Municipal de Agricultura de Alta Floresta D'Oeste - RO /FUNAI e a Marinha do Brasil, para a realização de cursos para 25 indígenas no Distrito de Porto Rolim do Guaporé, para que os mesmos pudessem retirar a HAIS - Carteira Náutica. Garantindo mais segurança na trafegabilidade naval e possibilitando serem contratados pela SESAI, para o transporte das equipes e pacientes entre as aldeias.
- Parceria entre a Secretaria Municipal de Agricultura de Alta Floresta D'Oeste - RO /SENAR e FUNAI, para a realização de vários cursos, tais como: - Curso para mulheres de panificação, queijo e doces derivados de leite e salgados, para 28 participantes; - Curso de fabricação de vários tipos de farinha: farinha seca, farinha d'água, farinha com coco ralado, farinha com castanha do Brasil, para homens e mulheres em um total de 23 participantes; -- Curso de corte de cabelo para homens e mulheres, com um total de 26 participantes; - - Curso de pequenos reparos e consertos de motor de popa e motor acoplado a rabeta, com 17 participantes; - - Curso de operacionalização de motosserras para a serragem de madeira e consertos dos Mesmos, com 21 participantes.
- Manutenção e conservação de 60 km de estrada na T.I. Rio Branco, com limpeza das laterais, patrolamento e cascalhamento. Construção de 05 pontes e reparos em mais 03 pontes da reserva. Todo o serviço foi articulado pelo CTL / AFO e realizado pela SEMIE - Secretaria Municipal Infraestrutura de AFO/RO.

A CTL Rondolândia promoveu articulação para consolidar as parcerias entre os povos do corredor etnoambiental Tupi Mondé e na defesa e proteção do território envolvendo os povos Arara, Gavião e Zoró nas ações de gestão territorial sustentável por meio de importantes parceiros como: Manutenção do programa de monitoramento e vigilância executado pela FUNAI, Povo Zoró por meio da APIZ atuando na co-gestão do programa de vigilância e monitoramento junto a FUNAI, Apoio a outros povos do corredor Tupi Mondé para a venda de seus produtos como castanha-do-Brasil, seringa, óleo de copaíba e artesanatos a preço justo, Maior compreensão e participação das lideranças nos processos de tomadas de decisões.

Eventuais problemas de execução

Não houve estruturação física das CTL, nem condições operacionais em virtude da não descentralização dos recursos necessários para execução dessas atividades.

Participação no Curso de capacitação dos representantes indígenas no Comitê Regional

Outros aspectos

Necessidade de Adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP de forma mais freqüente para a realização das aquisições rotineiras da Coordenação Regional e unidades jurisdicionadas, nos casos em que a legislação permitir. Tal medida serviria de suporte ao Plano de Trabalho - PAT 2013, na medida em que os materiais de consumo e permanentes contemplados no plano poderiam ser adquiridos de forma mais ágil, pois já estariam com seus preços registrados através de uma Ata de Registro de Preços - ARP. Havendo contingenciamento de recursos por parte da FUNAI Brasília (DF) esse instrumento (ARP) não obriga a compra, evitando assim o cometimento de impropriedades.

É necessário instituir uma cota entre as diversas unidades jurisdicionadas como limite de utilização para os casos em que a legislação permite a "dispensa de licitação" (Art. 24, Lei 8.666/93), e que pelo planejamento da CR não será necessário licitar. Por exemplo: Estipular para

as 03 (três) Frentes de Proteção Etnoambiental – FPE, um limite de 50% do valor máximo, ficando resguardado para todas as demais unidades demandantes da CR os outros 50% restantes. Tal medida buscaria racionalizar as aquisições desse tipo de bem ou serviço, evitando que os setores finalísticos da CR sejam prejudicados no desempenho das suas atribuições em detrimento das FPEs, pois as mesmas possuem maior disponibilidade e agilidade na descentralização dos seus recursos orçamentários. Apenas para ilustrar essa situação, cito o caso do setor de Etnodesenvolvimento cujos repasses orçamentários foram recebidos apenas no mês de dezembro de 2012, sendo praticamente impossível a sua execução.

Repassar para o Setor de Transportes a responsabilidade de fiscalização do Contrato referente à prestação de serviços de manutenção veicular, haja vista que o acompanhamento já vem sendo realizado em grande parte pelo referido setor, que possui maiores condições de verificar de perto o dia a dia da movimentação da frota de veículos e dos condutores, pois é sua atribuição funcional.

Criar uma estrutura mínima no âmbito do Gabinete da Coordenação Regional, com a finalidade de auxiliar o Coordenador e seu substituto nas tarefas rotineiras do setor, absorvendo parte do fluxo de trabalho na medida em que for possível. Para tanto é necessário a indicação de pelo menos um servidor que seja capacitado para responder ofícios, formatar documentos, produzir planilhas de custos, e outras atividades.

4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA

4.2.1 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro 4.2.1.1 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	3.328,10
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	-

Fonte: Relatório de execução das despesas para o Relatório de Gestão das Contas Ordinárias - SIAFI/Gerencial.

4.2.2 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.2.1 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ – Por movimentação

4.2.2.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Por Movimentação

Quadro 4.2.2.1.1.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos por Movimentação.

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	865.104,49	984.999,08	855.503,70	982.221,02
a) Pregão	865.104,49	984.999,08	855.503,70	982.221,02

2. Contratações Diretas (g+h)	266.404,76	332.828,70	266.404,76	324.059,51
b) Dispensa	241.922,13	329.444,80	241.922,13	320.675,61
c) Inexigibilidade	24.482,63	3.383,90	24.482,63	3.383,90
3. Pagamento de Pessoal (j+k)	240.201,59	193.522,91	240.201,59	193.522,91
d) Diárias	240.201,59	193.522,91	240.201,59	193.522,91
4. Outros	679.446,90	259.217,10	679.446,90	257.494,10
5. Total (1+2+3+4+5)	1.784.752,98	1.770.567,79	2.041.556,95	1.757.297,54

Fonte: Relatório de execução orçamentária por modalidade de licitação do SIAFI/Gerencial anos de 2011 e 2012.

4.2.2.1.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos por Movimentação

Quadro 4.2.2.1.1 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1. Outras Despesas Correntes								
1º Material de Consumo – 3390.30	687.580,46	793.524,06	486.416,95	536.647,21	201.163,51	256.876,85	486.416,95	527.119,70
2º Despesas de Exerc. Anteriores – 3390.92	453.894,42	11.771,10	453.894,42	11.771,10	-	-	453.894,42	11.771,10
3º Locação de Mão-de-obra – 3390.37	434.702,04	530.650,08	349.916,30	490.933,84	84.785,74	39.716,24	340.315,51	490.933,84
Demais elementos do grupo	814.447,87	880.555,79	711.153,30	719.653,84	103.294,57	160.901,95	710.756,50	715.911,10
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
2. Investimentos								
1º Equip. e material permanente – 4490.52	33.147,96	237.992,30	19.437,96	11.561,80	13.710,00	226.430,50	19.437,96	11.561,80

4.2.2.2.2 Análise crítica

Os créditos originários da Unidade jurisdicionada expostos no quadro acima expõem alterações significativas no montante das despesas empenhadas no exercício de 2012 em relação ao de 2011 e a suas correspondentes liquidações e pagamentos conforme abaixo descritas:

1 - No montante de despesa empenhada no exercício de 2012 houve um decréscimo de empenhamento no item material de consumo da ordem de -13%.

2 - No montante das despesas pagas, constata-se a mesma tendência de contenção de despesas, espelhado no quadro, em torno de 8% negativo.

3 - Seguindo a exigência do quadro, onde se deve ter por base a demonstração das despesas empenhadas no exercício de 2010, em ordem decrescente de gasto por elemento de despesas e ainda analisando a coluna de valores pagos em 2012 e 2011.

Pode-se afirmar que em 2012, ocorreram alterações negativas no primeiro e terceiro elementos de despesas vez que suas variações são, respectivamente, -8% e -31%, em relação ao exercício de 2011, no entanto no total das despesas do item “Demais Elementos do Grupo”, houve uma estabilização das despesas.

Também no quadro acima, destaca-se alterações significativas no montante das despesas pagas no elemento de despesa Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) nos, respectivos, exercícios, no percentual de positivo de 3.756%. Ressalte-se que tal procedimento inviabilizou sobremaneira as despesas correntes e de capital do exercício de 2012, haja vista que o crescimento absoluto da totalidade deste grupo foi da ordem de 14%, equivamente a R\$ 453,8 milhões de reais, parte dos quais deixou de ser formalizada em projetos e/ou atividades específicas do exercício de 2012.

Contingenciamento no exercício

Não houve contingenciamento de recursos orçamentários no exercício de questão para esta Unidade Jurisdicionada.

Eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução orçamentária

Na área administrativa em função da programação orçamentária ter sido atendida a contento, a Coordenação Regional, não ocorreram eventos negativos que prejudicassem a execução do orçamento da UJ.

Todavia pode-se citar como evento negativo a não descentralização orçamentária para algumas ações, como é o caso da Ação de Monitoramento e Vigilância das Terras Indígenas em conformidade com o cronograma de desembolso, tendo sua execução comprometida, inclusive com a devolução de parte do recurso descentralizado por absoluta falta de tempo hábil para viabilizar a ação.

Outras questões

Faz-se necessário para viabilizar a execução orçamentária desta Coordenação Regional/CR e que o Órgão Central da FUNAI, efetue a descentralização dos aportes em estrita observância a programação institucional da CR, atendendo aos cronogramas de desembolsos e aos objetivos e metas programadas. É salutar, também, que se pratique a disponibilização de aportes financeiros no início do 4º trimestre do ano, evitando-se, com isso, a devolução de parte deles no final do exercício.

4.2.2.2.1 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos por Movimentação

Quadro 4.2.2.2.1.1 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
3 – Outras Despesas Correntes	2.000,00	-	-	-	2.000,00	-	-	-
1º Passagens e desp. com locomoção - 3390.33	2.000,00	-	-	-	2.000,00	-	-	-
2º Outros serv. de terceiros p. física - 3390.36	1.328,10	-	1.328,10	-	-	-	1.328,10	-
3º Material de consumo - 3390.30	-	6.363,50	-	-	-	6.363,50	-	-

]

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

5.1.1 Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro 5.1.1.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	13.270,25	-	11.468,75	1.801,50
2010	1.700,00	-	-	1.700,00
2006	867,98	-	-	867,98
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	690.289,04	5.961,45	472.903,78	211.423,81
2010	334.306,34	323.181,00	7.870,34	3.255,00
2009	19.758,28	-	-	19.758,28

Fonte: Relatório de Restos a Pagar Processados e não Processados, exceto os referentes à folha pgto-.SIAFI/Gerencial.

5.1.2 Análise Crítica

A situação das despesas inscritas em Restos a Pagar Processados e não Processados nos exercícios expostos no quadro 5.1.1.1, demonstra que a Jurisdicionada utilizou uma estratégia razoavelmente satisfatória para quitar os compromissos financeiros pendentes e assumidos nos exercícios destacados, se não vejamos, na dívida fluante inscrita em restos a pagar *processados* a Jurisdicionada honrou 86% do compromisso assumido e no montante inscrito como *não processados* a mesma quitou 69% do comprometimento assumido.

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro 6.1.1.1 - Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	85	02	03
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	85	02	03
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	-	85	02	03

Fonte: Setor de Recursos Humanos da CR/JPR

6.1.1.2 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro 6.1.1.2.1 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12/2012

<i>Tipologias dos afastamentos</i>	<i>Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro</i>
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	5
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	5
2. Afastamentos	-
3. Removidos	-
4. Licença Remunerada	2
4.1. Doença em Pessoa da Família	2
4.2. Capacitação	-
5. Licença não Remunerada	-
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	7

Fonte: Setor de Recursos Humanos da CR/JPR

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Quadro 6.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

<i>Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas</i>	<i>Lotação</i>		<i>Ingressos no Exercício</i>	<i>Egressos no Exercício</i>
	<i>Autorizada</i>	<i>Efetiva</i>		
1. Cargos em Comissão	17	16	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	5	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	11	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	7	7	-	-
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	7	-	-
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	24	23	-	-

Fonte: Setor de Recursos Humanos da CR/JPR.

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro 6.1.2.1.1 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

<i>Tipologias do Cargo</i>	<i>Quantidade de Servidores por Faixa Etária</i>				
	<i>Até 30 anos</i>	<i>De 31 a 40 anos</i>	<i>De 41 a 50 anos</i>	<i>De 51 a 60 anos</i>	<i>Acima de 60 anos</i>
1. Provimento de Cargo Efetivo	1	-	18	39	15
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	1	-	18	39	15
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	2	4	7	10	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-

2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	2	3	5	6	-
2.3. Funções Gratificadas	-	1	2	4	-
3. Totais (1+2)	3	4	25	49	15

Fonte: Setor de Recursos Humanos da CR/JPR.

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro 6.1.2.2.1 - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	10	4	10	24	15	10	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	10	4	10	24	15	10	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	-	-	1	1	11	10	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	1	1	9	5	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	2	5	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	10	5	11	35	25	10	-	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Setor de Recursos Humanos da CR/JPR.

6.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 6.2.1.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: : FUNAI / COORDENAÇÃO REGIONAL DE JI-PARANÁ (RO)													
UG/Gestão: 190004 / 19208							CNPJ: 00.059.311/0020-99						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	133	07533627/0001-57	22/07/09	21/07/10	2	2	-	-	-	-	P
2010	L	O	363	03761180/0001-12	17/12/10	16/12/11	2	2	-	-	-	-	P
2010	V	O	141	10570899/0001-31	11/08/10	10/08/11	8	8	-	-	-	-	P
2010	V	O	270	10570899/0001-31	22/12/10	21/12/11	4	4	-	-	-	-	E
<p>Observações: O Contrato 133/2009 foi prorrogado conforme Termo Aditivo nº 003/2012, ref. ao período de 22/07/12 a 21/07/13; O Contrato 363/2010 foi encerrado em 16/12/12, sem haver prorrogação. O Contrato 141/2010 foi prorrogado conforme Termo Aditivo nº 002/2012, ref. ao período de 11/08/12 a 10/08/13, entretanto o contrato foi rescindido pela Coordenação Regional de forma unilateral em 31/01/2013; O Contrato 270/2010 foi encerrado em 21/12/12.</p>													
<p>LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p>													

Fonte: FUNAI / CR JPR

6.2.2 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 6.2.2.1 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	-	-	-	-	-
2. Nível Médio	03	03	03	03	-
1.1 Área Fim	-	-	-	-	-
1.2 Área Meio	03	03	03	03	-
3. Total (1+2)	03	03	03	03	-

Fonte: Setor de Recursos Humanos da Coordenação Regional de Ji-Paraná (RO).

OBS: Tendo em vista que o pagamento dos estagiários é realizado na FUNAI Brasília (DF), a Coordenação Regional de Ji-Paraná (RO) não possui informação relativa à despesa no exercício.

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

Quadro 01 – Inventário da Frota de Veículos da Coordenação Regional de Ji-Paraná e Unidades Jurisdicionadas

ITEM	MARCA/MODELO	PLACA	ANO
1	MITSUBISHI L200 4X4 GL	JGC 5961	2008
2	MITSUBISHI L200 4X4 GL	JGC 5971	2008
3	MITSUBISHI L200 4X4 GL	JGC 5981	2008
4	MITSUBISHI L200 4X4 GL	JGC 6071	2008
5	AGRALLE MARRUÁ	KVJ 6904	2010
6	VOLKSWAGEM 15 180 EURO	KYJ 5358	2010
7	AGRALLE MARRUÁ	KYJ 7285	2010
8	AGRALLE MARRUÁ	KYJ 7288	2010
9	VOLKSWAGEM 15 180 EURO	KYK 5597	2010
10	AGRALLE MARRUÁ	KYL 5356	2010
11	VOLKSWAGEM 15 180 EURO	KYM 2252	2010
12	AGRALLE MARRUÁ	KZH 4407	2010
13	VOLKSWAGEM VOYAGE GL 1.8	NBB 1668	1991
14	VOLKSWAGEM CAMINHÃO 8.140	NBB 1995	1998
15	MITSUBISHI L-200	NBB 3571	1996
16	YAMAHA XTZ2500 – MOTO	NBB 8702	2011
17	YAMAHA XTZ2500 – MOTO	NBB 8712	2011
18	HONDA XR 200 – MOTO	NBG 2780	1998
19	TOYOTA BANDEIRANTE	NBI 6844	1989
20	TOYOTA BANDEIRANTE	NBI 7736	1996
21	VOLKSWAGEM PARATI	NBL 5830	1994
22	TOYOTA BANDEIRANTE	NBM 3198	1993
23	SUNDOWN/STX 200 –MOTO	NBO 5241	2008
24	TOYOTA BANDEIRANTE	NBQ 3846	1996
25	TOYOTA BANDEIRANTE	NBQ 4089	1992
26	TOYOTA BANDEIRANTE	NBQ 7510	1998
27	HONDA/XR 200R – MOTO	NBR 8237	1999

28	FORD FIESTA	NBS 0703	2012
29	FORD RANGER	NBS 0713	2012
30	FORD RANGER	NBS 0723	2012
31	TOYOTA BANDEIRANTE	NBS 5370	1988
32	TOYOTA BANDEIRANTE	NBX 5709	1997
33	TOYOTA BANDEIRANTE	NBX 8010	1998
34	JIPE ENGESSA	NBX 9470	1988
35	TOYOTA BANDEIRANTE	NBX 9629	1993
36	MITSUBISHI L-200	NCK 0499	2003
37	MITSUBISHI L200 4X4 GL	NCM 9265	2002
38	HONDA-NXR/125 – MOTO	NCP 8339	2007
39	MITSUBISHI L200 SAVANA	NCS 4395	2006
40	TOYOTA HILUX	NCT 6209	2004
41	TOYOTA HILUX	NCT 6249	
42	MITSUBISHI L-200 – SAVANA	NCV 9445	2011
43	MITSUBISHI L-200 – SAVANA	NCV 9605	2011
44	MITSUBISHI L200 4X4 GL	NCW 2408	2010
45	MITSUBISHI L200 4X4 GL	NCW 2418	2010
46	MITSUBISHI L200 4X4 GL	NCW 2428	2010
47	MITSUBISHI L-200	NCY 8578	2011
48	YAMAHA XTZ 125 – MOTO	NDF 1531	2007
49	REB/FREE HOBBY FH	NDJ 4866	2007
50	YAMAHA XTZ 125 – MOTO	NDJ 4876	2007
51	YAMAHA XTZ 125 – MOTO	NDJ 4886	2007
52	CHEVROLET MONTANA CONQUEST	NDJ 5250	2004
53	YAMAHA XTZ 125 – MOTO	NDJ 5738	2007
54	MITSUBISHI L200 4X4 GL	NDK 2958	2007
55	YAMAHA XTZ 125 – MOTO	NDL 1399	2006
56	SUNDOWN/STC 200	NDM 5540	2008
57	AGRALLE MARRUÁ	NDN 8338	2011
58	FORD F-4.000	NDR 2480	2004
59	MITSUBISHI L200 4X4 GL	NDV 0032	2008
60	MITSUBISHI L-200	NDX 9627	2009
61	MITSUBISHI L200 4X4 GL	NDX 9827	2009
62	MITSUBISHI L200 4X4 GL	NDZ 9624	2009
63	MITSUBISHI L200 4X4 GL	NDZ 9634	2009
64	AGRALLE 8500	NEC 1328	2011
65	MITSUBISHI L200 4X4 GL	NEC 8562	2008
66	MITSUBISHI L-200	NEG 6442	2010
67	MITSUBISHI L-200	NJO 2296	2009
68	MITSUBISHI L200 4X4 GL	NPQ 7677	2010
69	FORD F-12.000	GF 1290	1993
70	VOLKSWAGEN GOL 1.6 POWER	NDF 8131	2007
71	FORD FIESTA	NCS 7740	2002
72	TOYOTA HYLUX	JFO 0926	1992
73	FIAT UNO MILLE	NBS 7240	1992
74	FIAT UNO	JFO 7375	1995

o 02 - Relação de Veículos em uso na Coordenação Regional e Unidades Jurisdicionadas

Item	Marca/Modelo	Placa	Ano	Estado de Conservação	Grupo de Uso
1	CHEVROLET MONTANA	NDJ 5250	2004	REGULAR	Apoio a Gestão
2	FORD FIESTA	NBS 0703	2012	BOM	Apoio a Gestão
3	FORD RANGER 4X4 CD	NBS 0713	2012	BOM	Apoio a Gestão
4	MITSUBISHI L200 4X4 GL	NEC 8562	2008	REGULAR	Apoio a Gestão
5	MITSUBISHI L200 4X4 GL	NDZ 9624	2009	REGULAR	Apoio a Gestão
6	AGRALLE MARRUÁ AM 200	KYJ 7285	2010	BOM	Frentes de Proteção
7	AGRALLE MARRUÁ AM 200	KYJ 7288	2010	BOM	Frentes de Proteção
8	AGRALLE MARRUÁ AM 200	KYL 5356	2010	BOM	Frentes de Proteção
9	AGRALLE MARRUÁ AM 200	KVJ 6904	2010	BOM	Frentes de Proteção
10	TOYOTA HILUX 4X4	NCT 6029	2004	REGULAR	Frentes de Proteção
11	L-200/MITSUBISHI SAVANA	NCY 8578	2011	BOM	Frentes de Proteção
12	L-200/MITSUBISHI SAVANA	NEG 6442	2011	BOM	Frentes de Proteção
13	L-200/MITSUBISHI SAVANA	JFP 6159	2004	REGULAR	Frentes de Proteção
14	TOYOTA BANDEIRANTE	NBX 9629	1993	REGULAR	Frentes de Proteção
15	VW CAMINHÃO 15.180	KYK 5597	2010	BOM	Frentes de Proteção
16	MITSUBISHI L-200 4X4 GL	NDX 9627	2009	BOM	Frentes de Proteção
17	MITSUBISHI L-200 4X4 GL	NJO 2296	2009	BOM	Frentes de Proteção
18	REBOQUE FREE-HOBBY	NDJ 4866	2007	REGULAR	Frentes de Proteção
19	YAMAHA LANDER 250 - MOTO	NBB 8702	2011	BOM	Frentes de Proteção
20	YAMAHA LANDER 250 - MOTO	NBB 8712	2011	BOM	Frentes de Proteção
21	HONDA NXR 125 CC - MOTO	NCP 8339	2004	REGULAR	Frentes de Proteção
22	SANDAWO STX 200 CC-MOTO	NDM 5540	2009	BOM	Frentes de Proteção
23	YAMAHA XTZ 125 CC - MOTO	NDJ 4886	2007	REGULAR	Frentes de Proteção
24	YAMAHA XTZ 125 CC - MOTO	NDJ 4876	2007	REGULAR	Frentes de Proteção
25	YAMAHA XTZ 125 CC - MOTO	NDF 1531	2007	REGULAR	Frentes de Proteção
26	YAMAHA XTZ 125 CC - MOTO	NDF 9738	2009	BOM	Frentes de Proteção
27	MITSUBISHI L-200 4X4 GL	NPQ 7677	2010	REGULAR	Frentes de Proteção
28	MITSUBISHI L-200 4X4 GL	NJO 8386	2009	REGULAR	Frentes de Proteção
29	MITSUBISHI L-200 4X4 GL	NDQ 2958	2007	REGULAR	Frentes de Proteção
30	MITSUBISHI L-200 4X4 GL	NCW 2408	2010	BOM	Promoção Social
31	MITSUBISHI L-200 4X4 GL	NCW 2418	2010	BOM	Promoção Social
32	VW CAMINHÃO 8.140	NBB 1995	1998	BOM	Promoção Social
33	AGRALLE 8500	NEC 1328	2011	BOM	Proteção Territorial
34	AGRALLE MARRUÁ AM 200	NDN 8338	2011	BOM	Proteção Territorial
35	FORD F-4.000	NDR 2480	2004	REGULAR	Proteção Territorial
36	FORD RANGER 4X4 CD	NBS 0723	2012	BOM	Proteção Territorial
37	HONDA XR 200 - MOTO	NBG 2780	1998	BOM	Proteção Territorial
38	MITSUBISHI L200 4X4 GL	NDZ 9634	2009	REGULAR	Proteção Territorial
39	MITSUBISHI L200 4X4 GL	JGC 5971	2008	BOM	Proteção Territorial
40	MITSUBISHI L200 4X4 GL	NDV 0032	2008	REGULAR	Proteção Territorial
41	MITSUBISHI L200 4X4 GL	JGC 5961	2008	REGULAR	Proteção Territorial
42	MITSUBISHI L-200 4X4 GL	JGC 5981	2008	REGULAR	Proteção Territorial
43	MITSUBISHI L-200 4X4 GL	NDX 9827	2009	REGULAR	Proteção Territorial
44	MITSUBISHI L-200 4X4 GL	NCW 2428	2010	BOM	Proteção Territorial
45	TOYOTA BANDEIRANTE	NBQ 4089	1992	REGULAR	Proteção Territorial
46	YAMAHA XTZ 125 - MOTO	NDJ 5738	2007	BOM	Proteção Territorial
47	YAMAHA XTZ 125 - MOTO	NDL 1399	2006	BOM	Proteção Territorial
48	L-200/MITSUBISHI SAVANA	NCV-9545	2011	BOM	Proteção Territorial
49	L-200/MITSUBISHI SAVANA	NCV-9485	2011	BOM	Proteção Territorial
50	L-200/MITSUBISHI SAVANA	NCV-9445	2011	BOM	Proteção Territorial
51	L-200/MITSUBISHI SAVANA	NCV-9605	2011	BOM	Proteção Territorial
52	NXR BROS 150 - MOTO	NCV-3074	2011	BOM	Proteção Territorial
53	NXR BROS 150 - MOTO	NCV-3054	2011	BOM	Proteção Territorial
54	NXR BROS 150 - MOTO	NCV-3084	2011	BOM	Proteção Territorial
55	VW CAMINHÃO 15.180	KYJ 5358	2010	BOM	Proteção Territorial

56	AGRALLE MARRUÁ AM 200	KZH 4407	2011	BOM	Proteção Territorial
57	VW CAMINHÃO 15.180	KYN 2252	2010	BOM	Proteção Territorial

Fonte: Setor de Transportes da Coordenação regional de Ji-Paraná

Quadro 03 - Custos Associados à Manutenção da Frota

ITEM	DESPESA	VALOR ANUAL (R\$)
01	Combustíveis	258.664,44
02	Lubrificantes	17.912,46
03	Revisões Periódicas	7.970,28
04	Manutenção Preventiva/Corretiva	274.833,59
05	Seguros Obrigatórios	10.387,08
06	Pneus	48.163,31
	TOTAL	617.931,16

Fonte: Setor Financeiro da Coordenação regional de Ji-Paraná

Quadro 04 - Idade Média da Frota (Todos os veículos)

Item	Grupo	Idade Média
01	Apoio a Gestão	04 anos
02	Frentes de Proteção	05 anos
03	Promoção Social	07 anos
04	Proteção Territorial	05 anos

Fonte: Setor de Transportes da Coordenação regional de Ji-Paraná

Quadro 05 - Quilômetros Rodados (Carros a Gasolina)

Item	Grupo	Quant. Veículos	Km Rodados / Carro
01	Apoio a Gestão	02	19.500
02	Frentes de Proteção	Não Possui	-
03	Promoção Social	Não Possui	-
04	Proteção Territorial	Não Possui	-

Fonte: Setor de Transportes da Coordenação regional de Ji-Paraná

Quadro 06 - Quilômetros Rodados (Veículos a Diesel)

Item	Grupo	Quant. Veículos	Km Rodados / Carro
01	Apoio a Gestão	03	14.600
02	Frentes de Proteção	15	10.000
03	Promoção Social	03	24.000
04	Proteção Territorial	19	14.800

Fonte: Setor de Transportes da Coordenação regional de Ji-Paraná

Quadro 07 - Quilômetros Rodados (Motocicletas a Gasolina)

Item	Grupo	Quant. Veículos	Km Rodados / Motocicleta
01	Apoio a Gestão	Não Possui	-
02	Frentes de Proteção	08	2.500
03	Promoção Social	Não Possui	-
04	Proteção Territorial	06	800

Fonte: Setor de Transportes da Coordenação regional de Ji-Paraná

OBS: Combustíveis utilizados para abastecimento de motores de popa, motores estacionários, tratores e demais equipamentos:

- 7.500 Lts – Gasolina;
- 2.000 Lts – Óleo Diesel

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;
Lei nº 9.327, de 09/12/1996, Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950, e IN 03/SLTI/MPOG, de 15 de maio de 2008.

Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

A Coordenação Regional de Ji-Paraná (RO) possui jurisdição sob as terras indígenas Igarapé de Lourdes, Karitiana, Karipuna, Rio Branco, Uru Eu Wau Wau e Zoró, atingindo uma amplitude espacial que abrange boa parte do Estado de Rondônia e Mato Grosso, de modo que as atividades finalísticas do órgão se desenvolvem em regiões remotas, muitas vezes com acesso precário, o que traz dificuldades para uma logística correta e eficiente.

Por se tratar de uma região onde a exploração de madeira, minérios, pecuária e pesca, possuem grande importância para a economia local, as pressões externas constituem-se em uma fonte de problemas constantes, necessitando de ações de monitoramento preventivo, fiscalização periódica e grandes operações nas TIs jurisdicionadas. Deste modo, a principal utilização dos veículos da unidade se dá na realização das atividades de vigilância, fiscalização e monitoramento territorial/ambiental.

Também merecem destaque, o apoio aos deslocamentos dos indígenas nas ações de promoção social com objetivo de garantir acessibilidade aos direitos sociais e previdenciários junto às instituições competentes, bem como as atividades ligadas à administração da unidade, etnodesenvolvimento das comunidades, educação, e outras.

Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra; (QUADROS 05, 06 e 07 acima)

Idade média da frota, por grupo de veículos;
(QUADRO 04)

Pessoal responsável pela administração da frota
Servidor designado para o setor de Transportes: **Fábio Isaque Siena.**

Plano de substituição da frota;

Não existe um plano para substituição da frota. Tal fato decorre da insuficiência de recursos orçamentários para subsidiar um planejamento que proporcione a reposição adequada da frota de veículos.

Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

A opção por utilização de frota própria está em sintonia com a política da instituição em nível nacional, sendo que a unidade dispõe de uma frota considerável em uso atualmente, não sendo justificável, a princípio, a locação de veículos.

8) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

O setor de Transportes adota um registro de viaturas para acompanhamento do histórico individual dos veículos, através da utilização do Boletim Diário de Tráfego – BDT, no qual estão contidas as informações de identificação do veículo, condutor, data, local de partida e destino, hodômetro inicial e final, combustível utilizado, eficiência, bem como uma inspeção nos itens principais do veículo.

Durante o exercício foram realizadas melhorias no arquivo do setor que se encontrava fragmentado e disperso.

7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 7.2.1.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	RONDÔNIA	17	17
	ALTA FLORESTA D'OESTE	01	01
	ARIQUEMES	01	01
	COSTA MARQUES	03	03
	GUAJARÁ-MIRIM	01	01
	JARU	01	01
	Ji-PARANÁ	02	02
	NOVA MAMORÉ	01	01
	OURO PRETO D'OESTE	01	01
	PRESIDENTE MÉDICI	01	01
	PORTO VELHO	05	05
Total Brasil		17	17

Fonte: Setor de Patrimônio da CR.

7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro 7.2.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	RONDÔNIA	01	01
	Ji-Paraná	01	01
Total Brasil		01	01

Fonte: Setor de Patrimônio da CR.

7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Quadro 7.2.3.1 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
190004	-	Próprio da União	BOM	-	-	-	-	-
190004	0003.00303.500-4	Uso Fruto Indígena		7.307.386,00	-	-	-	-
190004	0003.00412.500-7	Próprio da União	BOM	26.532.334,16	-	-	-	-
190004	0003.00419.500-5	Uso Fruto Indígena		8.968.213,80	-	-	-	-
190004	0003.00420.500-0	Uso Fruto Indígena		6.400.000,00	-	-	-	-
190004	0003.00602.500-0	Uso Fruto Indígena		4.864.785,89	-	-	-	-
190004	0005.00084.500-1	Uso Fruto Indígena		22.350.569,62	-	-	-	-
190004	0007.00083.500-2	Uso Fruto		1.317.144,10	-	-	-	-

		<i>Indigena</i>							
190004	0015.00024.500-1	<i>Uso Fruto Indigena</i>		42.297.815,25	-	-	-	-	
190004	0017.00058.500-3	<i>Uso Fruto Indigena</i>		5.541.456,27	-	-	-	-	
190004	0191.00007.500-1	<i>Uso Fruto Indigena</i>		10.469.651,80	-	-	-	-	
190004	0021.00013.500-6	<i>Uso Fruto Indigena</i>		33.613.711,00	-	-	-	-	
190004	0021.00014.500-1	<i>Uso Fruto Indigena</i>		309.493.461,90	-	-	-	-	
190004	0021.00017.500-8	<i>Uso Fruto Indigena</i>		66.100.000,00	-	-	-	-	
190004	0033.00004.500-0	<i>Uso Fruto Indigena</i>		13.129.795,51	-	-	-	-	
190004	0047.00003.500-5	<i>Uso Fruto Indigena</i>		7.985.600,00	-	-	-	-	
190004	0001.00087.500-5	<i>Uso Fruto Indigena</i>	-	60.600.000,00	-	-	-	-	
190004	-	<i>Locado</i>	<i>BOM</i>	-	-	-	-	-	
Total								-	-
Fonte: Setor de Patrimônio da CR.									

7.3 ANÁLISE CRÍTICA

Foi levantado por ocasião do Inventário de Bens Imóveis desta Unidade Gestora, exercício 2012. O seguinte quantitativo: 18 (dezoito) imóveis, sendo 16 (dezesseis) que se encontram cadastrados no Departamento de Patrimônio da União - SPU, destes 15 (quinze) são relativos às Terras Indígenas sob a jurisdição desta Regional, 01 (um) imóvel situado a Rua Rui Barbosa, em Porto Velho, onde funcionam as CTL's de Promoção Social e Proteção Territorial de Porto Velho; 01(um) imóvel situado a Rua Manoel Franco, em Ji-Paraná, onde funciona a Administração desta Coordenação Regional, o qual ainda não foi cadastrado no sistema visto que o processo para sua regularização ainda está tramitando e 01 (um) imóvel locado onde funcionam os demais setores da Unidade, haja vista que com a reestruturação da Coordenação as instalações atuais não comportam todos os seus setores.

No exercício de 2011, foram levantadas pelo Inventário de Bens Imóveis 13 (treze) casas construídas nas terras indígenas sendo utilizada a mão-de-obra dos próprios funcionários da FUNAI e indígenas, fabricadas com madeiras brutas tiradas com motosserra das referidas áreas, todas com piso em cimento e cobertura de telha, foi realizado os trabalhos de posicionamento geográfico, medição, planta, fotografias, etc., Entretanto dentre todos esses documentos ainda faltam alguns para regularização junto ao Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União – Spiunet, razão pela qual deixamos de fazer constar na discriminação dos bens imóveis, visto que precisamos coletar toda a documentação necessária e encaminha-las para registro.

No prédio da extinta Administração de Porto Velho, situada na Rua Rui Barbosa, Setor I Quadra 109, encontra-se instalada a Coordenação Técnica Local e a Frente de Proteção Etno-Ambiental do Madeira-AM, e duas Coordenações Técnicas Locais, também serve de apoio aos indígenas em trânsito os quais vem para cidade com o objetivo de tirar documentos, receber benefícios ou acompanhar parentes que estejam em tratamento de saúde.

O prédio onde funciona a Coordenação Regional foi construído com 10 salas em área doada pela FUNASA, para funcionar o Núcleo Administrativo Local – NAL, até a presente data aguarda-se a regularização da mesma. Com a transformação em Coordenação Regional a referida instalação ficou pequena para comportar a nova estrutura administrativa, sendo esta obrigada a locar um prédio onde pudesse funcionar o restante dos setores não comportado no referido local, situado a

Rua Seringueiras, 2204, bairro Nova Brasília, no município de Ji-Paraná, com 06 salas, onde funcionam as Frentes de Proteção Etnoambiental Guaporé, Madeirinha e Uru-Eu-Wau-Wau e a Coordenação Técnica Local de Promoção de Ji-Paraná.

8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Quadro 8.1.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		X			
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.	X				
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha	X				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

9.1.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro 9.1.1.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	23	-	23
	Entregaram a DBR	23	-	23
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: Núcleo de Recursos Humanos da Coordenação Regional.

9.1.2 Análise Crítica

- Providências adotadas pela UJ em relação às pessoas que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR.

Não houve necessidade visto que todos atenderam a exigência legal.

- Identificação da unidade interna (departamento, gerência, etc.) incumbida de gerenciar a recepção das DBR.

Núcleo de Recursos Humanos da Coordenação Regional.

- Existência ou não de sistema informatizado para esse gerenciamento.

Não existe sistema informatizado para o gerenciamento das declarações este é feito de forma manual.

- Forma de recepção das DBR: se em papel ou se há sistemática de autorização eletrônica da autoridade ou servidor para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil, e como esse acesso se dá.

Parte dos servidores entrega a DBR em papel impresso e parte apresentou a autorização para o acesso eletrônico às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil.

- Realização ou não de algum tipo de análise, pela a UJ, das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida;

- Não é realizado qualquer tipo de análise pela UJ.
 - Forma de guarda das DBR diante da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações.

Os documentos recebidos são guardados em envelope lacrado.

10. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

10.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

10.1.1 Declaração com Ressalva

Quadro 10.1.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
<i>Denominação completa (UJ)</i>			<i>Código da UG</i>
<p><i>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestã, EXCETO no tocante a FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEPRECIAÇÃO AT. IMOBILIZADO.</i></p> <p><i>Destaco que as Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizadas no SIAFI.</i></p> <p><i>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</i></p>			
Local	<i>Brasília-DF</i>	Data	<i>04 de março de 2013</i>
Contador Responsável	<i>Maria Raquel Bastos de Carvalho</i>	CRC nº	<i>4.803/DF</i>

11. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

A Coordenação Regional de Ji-Paraná detém a jurisdição sobre seis terras indígenas e a responsabilidade administrativa sobre três Frentes de Proteção Etnoambiental, ou seja, quinze unidades jurisdicionadas com atividades finalísticas para serem executadas. Contudo, o quadro funcional encontra-se distribuído de forma assimétrica, umas contemplando um expressivo contingente de servidores e outras com apenas um, na qualidade de Coordenador da CTL. Desse total de servidores, aproximadamente 20% estão aptos para se aposentarem, comprometendo ainda mais uma possível adequação do quadro entre as unidades descentralizadas.

Outra variável que compromete o pleno funcionamento da Unidade Regional é a precária estrutura funcional da maioria das CTL, as quais sequer possuem uma unidade física nas cidades onde estão destinadas a serem implantadas. Nesses casos, o Coordenador Local atua atendendo as lideranças e vez em quando vão à terra indígena para acompanhar as atividades em execução. Outras, por falta de condições nas cidades estão funcionando dentro da terra indígena, quando não na aldeia, nestes casos, o papel do Coordenador fica restrito ao atendimento das demandas ali existente.

Importante ressaltar que a estrutura da coordenação regional também precisa de conserto visto estar funcionando em um ambiente físico restrito, insuficiente para abrigar a estrutura estabelecida no regimento interno. Situação que de certa forma gera gargalos ao processo de gestão e funcionamento administrativo

12. RESULTADOS E CONCLUSÕES

12.1 ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS TRAÇADOS PARA O EXERCÍCIO 2012

Os objetivos traçados para o exercício de 2012 herdaram um processo de planejamento confuso que ao longo do período de elaboração não ficou concluído, além de pouco esclarecido. O Plano de Trabalho Consolidado e enviado ao Órgão Central da FUNAI, para análise, ajustes e aprovação orçamentária não se concluiu para a UJ, pois não houve retroalimentação do processo para se proceder ao detalhamento das ações propostas. A alternativa foi a elaboração de propostas emergenciais para descentralização de recursos, muitas das quais, sem conexão com a proposta inicialmente programada.

Não bastasse esse gargalo, a instituição ainda sofreu com o contingenciamento orçamentário imposto pela Administração Federal, o que afetou ainda mais atuar com foco nas metas propostas para o exercício. Dessa forma, foi possível atuar com restrição nos seguintes objetivos traçados, conforme pode ser observado no tópico sobre as metas físicas:

Proteção e monitoramento ambiental das terras indígenas Rio Branco, Zoró, Igarapé Lourdes, Uru Eu Wau Wau, Karitiana e Karipuna.

Promoção do etnodesenvolvimento para as populações indígenas.

Promoção dos direitos sociais para os povos indígenas.

Proteção e promoção dos índios isolados e de recente contato.

Acompanhamento das ações de educação.

Gestão e manutenção administrativa.

12.2 PRINCIPAIS AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2013 PARA MITIGAR AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS

As principais ações a serem desenvolvidas no exercício de 2013, são:

- Implementar o funcionamento e manutenção administrativa em seis Coordenações Técnicas Locais;
- Solicitar a descentralização orçamentária para execução das trinta e cinco ações pactuadas no Plano de Trabalho 2013;
- Capacitar e promover o empoderamento social do Comitê Regional;
- Proceder a locação de imóvel para adequar as instalações da Coordenação Regional e das CTL Promoção de Ji-Paraná e CTL de Proteção da TI Igarapé Lourdes em Ji-Paraná;
- Capacitar os Gestores de CTL e Chefes de Setores e Núcleos da CR;
- Capacitar indígenas para promoção das atividades de monitoramento ambiental;
- Realizar estudos para definição e aprimoramento dos macroprocessos finalísticos e de apoio;
- Ordenar a estrutura organizacional da UJ frente ao novo Regimento Interno da Instituição. e
- Fortalecer as atividades de promoção dos direitos sociais, culturais e de cidadania indígena.